



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022-2026)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE FEVEREIRO DE 2024

Presidente: Ex.^{ma} Sra. **Celmira Sacramento**

Secretários: Ex.^{ma} Sra. **Bilaine Ceita**

Ex.^{mos} Srs. **Silvestre Mendes**

José Rui Cardoso

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 8 minutos.

O Plenário deu início ao debate e apreciação conjuntos, na generalidade, das Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico de 2024, após apresentação das Propostas pelo Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Patrice Emery Trovoada) e a Leitura do Parecer final da 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, pelo Sr. Deputado José Maria Barros (MLSTP/PSD).

Intervieram, além do Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e do Ministro do Plano e Finanças (Ginésio da Mata), os Srs. Deputados Danilo Santos (MLSTP/PSD), Conceição Moreno (MLSTP/PSD), João Leonardo Batista (MCI/PS-PUN), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), José António Miguel (ADI), Levy Nazaré (BASTA), Wuando Castro (MLSTP/PSD), Edmilson Neves (ADI), Gabdulo Quaresma (MLSTP/PSD), José Maria Barros (MLSTP/PSD) e Raúl Cardoso (MLSTP/PSD).

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 14 horas

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d' Oliveira

Alberto da Trindade Luís

Aleksander Monteiro Lima

Arlindo Quaresma dos Santos

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento

Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço

Danilo Francisco dos Santos Quaresma

Edmilson das Neves Amoço

Ekeneide Lima dos Santos

Elísio Osvaldo do Espírito Santo d' Alva Teixeira

Hélder Santana de Nascimento

Honório da Luz Sousa Pontes

Itelmiza Duarte Monteiro Pires

Izilda Quaresma dos Ramos Domingos

Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

José Carlos Cabral d' Alva

Jozino Malupane da Veiga

Laudino Afonso de Jesus

Lourenço Aguiar Freitas

Messias Luís Fernandes Pereira

Nito de Sousa Viegas d' Abreu

Orlando Borges da Mata

Ossáquio Perpétua Riôa

Pedro Jorge de Abreu e Carvalho

Salgueiro André da Silva Tioló

Silvestre Moreno Mendes

Sólito da Cunha Lisboa Neto

Teodorico de Campos

Wilter Kathelen das Neves Boa Morte

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da Costa

Adllander Costa de Matos

Arlindo Barbosa Semedo

Cílcio Sodjy da Vera Cruz Bandeira Pires dos Santos

Conceição Vieira Moreno

Danilo Neves dos Santos

Elákcio Afonso da Marta

Ester Tomé Will

Filomena Sebastião Santana Monteiro d' Alva

Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca Quaresma

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Jerónimo Pires Quaresma

José Rui Tavares Cardoso

José Maria Afonso de Barros

Osvaldo Eduardo João

Osvaldo Tavares dos Santos Vaz

Raúl do Espírito Santo Cardoso

Wuando Borges de **Castro** de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista – Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)

Avelino Prazeres Conceição

Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

Eldimiro Emiliano **Manuel**

Gustavo Pereira d' Assunção Neto

João Leonardo de Pina da Trindade Batista

Movimento BASTA (MB)

Daniel Ambrósio dos **Santos**

Levy do Espírito Santo **Nazaré**

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, Serviços da Assembleia Nacional que permitem que a nossa transmissão seja assegurada e efectiva, técnicos da Comunicação Social aqui presentes, TVS, e de uma forma geral todos que nos acompanham, muito bom dia.

Peço aos Serviços que convidem os membros do Governo.

Pausa para a entrada do Governo.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos continuar, pois já temos na Sala todo o elenco governamental.

Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do XVIII Governo Constitucional, Srs. Ministros, Sras. Ministras, muito bom dia, sejam todos muito bem-vindos.

Esta é uma reunião plenária para discutirmos o Orçamento Geral do Estado (OGE) e as Grandes Opções do Plano (GOP) para o Ano Económico 2024.

Assim sendo, peço ao Sr. Primeiro-Ministro que faça a sua apresentação.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Patrice Trovoada): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Excelência, Sras. Deputadas, Excelências, Srs. Deputados, Excelências, Povo de São Tomé e Príncipe, cidadãos residentes no País e na diáspora, Excelências, bom dia.

No quadro das minhas obrigações de Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, tenho a honra de estar aqui hoje para apresentar a esta Magna Assembleia a Proposta de Lei das GOP, bem como a Proposta de Lei do OGE para o corrente ano de 2024.

Este é um momento particular e bastante significativo na vida política, económica e social do nosso país e, para mim, o momento mais alto de expressão de colaboração institucional entre o Governo e a Assembleia Nacional.

Sob proposta do Governo, as Deputadas e os Deputados da Nação discutirão as orientações políticas, os objectivos e as metas económicas e financeiras para o corrente exercício, estabelecendo e autorizando a colecta de recurso e a realização de despesas que servirão para fomentar a nossa economia, com vista à sua transformação e o desenvolvimento global do País.

Todos sabemos que este momento deveria ter tido lugar desde o final do ano passado. Felizmente, nenhum de nós ignora as razões desse relativo atraso, que se explica pela complexidade da elaboração das GOP e do OGE num clima de oscilações e de incertezas do ambiente político, económico internacional e das vulnerabilidades próprias do nosso país, fruto da sua crónica dependência de factores exógenos que não controlamos, nem influenciámos.

Longe de pretender lançar culpa sobre os outros, antes queremos aqui expressamente assumir, com toda a sua plenitude, as nossas responsabilidades, as consequências, o contexto em que elas se operam e o nosso dever exclusivo de gerir o País com toda a legitimidade que nos foi conferida pelo povo soberano e naturalmente encontrar as vias e os meios mais adequados da sua viabilidade e sustentabilidade.

Não podemos, contudo, ignorar que apesar de sermos insulares, não estamos isolados do mundo, sofrendo conseqüentemente dos impactos das mudanças imprevisíveis do ambiente político e económico global, com o seu cortejo de alta das taxas de juro, de alta das taxas de inflação nos principais mercados

de importação, da escassez dos recursos destinados a ajuda pública internacional, bem como das ameaças de várias ordens que agravam as incertezas geopolíticas.

Não é hoje novidade para ninguém o estado em que o XVIII Governo Constitucional encontrou o País, num descarrilamento Macro-económico de consequências nefastas, com uma inflação que ultrapassava 25%, uma alta dos preços dos produtos de primeira necessidade, com as reservas internacionais líquidas do País que nos permitem fazer a importação dos bens essenciais e dos produtos petrolíferos, numa situação nitidamente negativa.

Quero aqui, perante esta Magna Assembleia, reconhecer e saudar os esforços consentidos pelo nosso povo e a sua capacidade de resiliência, o que nos permitiu, entre outros, introduzir o IVA com uma taxa de 15%, ainda assim reduzir a inflação de 25,2% para 21,2%, no ano em que tivemos de sobreviver, como já é sabido, sem o acordo com o FMI. O acordo de facilidade de crédito alargado, um acordo que constitui o principal catalizador dos financiamentos externos concessionais, destinados ao financiamento dos projectos sem divisa, sem o arranque de novos projectos e ainda por cima agravado por um contexto geral de raridade de recursos destinados à ajuda pública internacional de desenvolvimento, razão pela qual o produto interno bruto conheceu uma contração de 0,3%.

É, no entanto, justo que aqui se recorde que com toda ajuda internacional que fora despejada neste país na sequência da pandemia da Covid-19 e mesmo ao longo do ano de 2022, com reservas líquidas positivas, o crescimento do produto interno bruto ficou pelo módico percentual de 0,9% em finais de 2022. Mas não obstante esses condicionalismos, algumas melhorias ao longo deste ano de 2023 se fizeram sentir.

O défice primário registou uma importante queda, para se situar a 1,9%, muito abaixo dos 5,5% do ano de 2022. Para além disso, apesar do valor da dívida pública total devido sobretudo o crescimento da dívida contingente ter atingido cerca de 598 milhões de dólares americanos, o rácio da dívida pública, em relação ao produto interno bruto, passou de 104.8% em 2022 para 92.6% em 2023, o que significou incontestavelmente um reforço do estado das nossas finanças pública e da nossa capacidade de endividamento, ou seja, a nossa capacidade de obter novos empréstimos junto dos parceiros.

Não há hoje sinais claro de uma melhoria a médio prazo do ambiente político e económico internacional com o esperado impacto positivo nos países periféricos e com particular incidência para aqueles que padecem da sua pequenez, da múltipla insularidade, da ausência de recursos naturais e afastados dos centros de decisão e do mercado global.

O contexto geopolítico permanecerá, infelizmente, incerto ainda durante longos anos, ao mesmo tempo que o essencial dos recursos disponíveis serão drenados para latitudes e geografias de elevado interesse estratégico global.

É nesse contexto e no meio dessas adversidades que São Tomé e Príncipe e o seu povo terão de sobreviver, progredir e construir o seu bem-estar e a felicidade que merece.

Excelências, as Propostas das GOP e do OGE que tenho aqui o prazer de apresentar às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados tiveram em consideração todos os constrangimentos aqui descritos e as políticas que vêm sendo discutidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na perspectiva de assinatura de um acordo, quando possível, mas determinante para que o País possa continuar a beneficiar, numa base regular, das ajudas internacionais de que tanto necessita.

A Proposta do OGE, conjuntamente com as respectivas GOP para o ano de 2024, tem em vista garantir um crescimento sustentado, assumindo declaradamente compromissos claros nos domínios mais relevantes da vida do País, sempre na busca de melhorias significativas das condições de vida das populações.

Deste modo, a Proposta do OGE para o corrente ano está estimada em 4.363.000.000,00 (quatro mil milhões, trezentos e sessenta e três milhões de dobras), visando um crescimento económico que entendemos conservador, de 2,9%, assente nos seguintes pressupostos:

1. Recuperação do Sector Agropecuário e da Pesca.
2. Retoma do Sector da Industria e do Turismo.
3. Crescimento do Sector dos Serviços.

Nesse sentido, esforços continuarão a ser envidados para que o défice primário conheça uma redução ainda mais substantiva e alcance o equilíbrio em 2024. Para o efeito, serão adoptadas as seguintes medidas:

Do lado das receitas, para além das medidas tradicionais o Governo tudo fará com vista a consolidação do processo de implementação do IVA e a manutenção das medidas excepcionais para melhorar o desempenho das receitas internas adoptadas em sede do OGE de 2023.

Do lado das despesas, serão mantidas as medidas que visam o controlo da massa salarial, planeando cuidadosamente a contratação de pessoal para Administração Pública e observando um maior rigor no controlo das transferências e outras despesas correntes.

Em termos de financiamento de défice, esforço será feito no sentido de capturar recurso externos cada vez mais significativos sob a forma de donativos e empréstimos, através da intensificação das relações de cooperação com os principais parceiros do País, tanto bilaterais como multilaterais.

No que diz respeito ao sector externo, a situação continua crítica e crónica, tendo em conta que o valor das nossas importações continua a ser extraordinariamente superior ao das exportações, o que tem conduzido a deterioração da nossa balança de pagamento, gerando num contexto de redução das ajudas externas e do fraco desembolso dos créditos e donativos acordados, uma escassez de divisa para fazer face a importação de bens de primeira necessidade, incluindo os combustíveis para a produção de electricidade e outros fins, acumulando assim os défices externos.

A melhoria da capacidade de arrecadação de receitas, o alargamento da base de tributação das actividades internas são duas condições *sine qua non* para que se possa, sem prejuízo da consolidação orçamental, aumentar a capacidade do País de fazer face às despesas essenciais que conduzem a melhoria dos padrões de vida da população.

Neste sentido, os resultados em termos de crescimento altamente positivo de arrecadação de receita em 2023 são encorajadores e os mecanismos serão aprimorados com vista a uma melhor coleta de receitas em 2024. Importa, contudo, dizer que para mitigar alguns efeitos regressivos do IVA e o impacto que a sua implementação poderia ter no poder de compra das famílias mais vulneráveis e numa conjuntura de elevados níveis de inflação, o Governo reviu em baixa as taxas de direito de importação dos produtos que integram a cesta básica, incluindo o gás butano, ao mesmo tempo que fixou a margem de lucro desses produtos num máximo de 10%.

Assim, no cumprimento dos objectivos do seu programa, o Governo decidiu, na presente Proposta de OGE de 2024, lidar primeiramente com o desemprego e a melhoria de oportunidades de rendimento para as famílias e do seu poder de compra, através de acções direccionadas para a recuperação de infra-estruturas sociais e económicas que concorrem para o aumento da produtividade e a consequente retoma do crescimento da economia.

Sendo o Estado o maior empregador e prestador de serviços, no intuito de restabelecer a equidade e a justiça, assumindo a continuidade dos engagements não cumpridos no passado, foram previstas dotações para regularizar as carreiras profissionais nos sectores da Defesa e Segurança Nacional, da Educação e da Saúde, bem como passamos a institucionalizar o pagamento de subsídios de férias e de Natal.

O Governo entende que o aumento da produtividade necessária para potenciar o crescimento económico também se faz com a adoção e implementação de medidas que permitem melhorar o funcionamento das instituições públicas através da informatização e digitalização dos serviços públicos. A esse propósito o Governo implementará uma importante reforma com o propósito de modernizar e simplificar os serviços da administração pública.

As políticas orçamentais implícitas no presente Orçamento visam atingir o equilíbrio nas três dimensões do desenvolvimento sustentável, a saber: a económica, a social e a ambiental.

Com esse propósito, será possível criar o maior espaço fiscal com vista a impulsionar o crescimento económico e mitigar os riscos macroeconómicos subjacentes e permitir uma melhor prestação do serviço público, incluindo a Protecção Social, a Saúde, a Educação e a manutenção das infra-estruturas sociais.

Note-se que do ponto de vista macroeconómico os riscos são enormes para se atingir o crescimento económico que garanta a oportunidade de rendimento para a subsistência das famílias, num contexto de segurança alimentar.

Por conseguinte, o Governo pretende, dentre outras coisas:

1. implementar de forma efectiva a consolidação orçamental através do engajamento e do financiamento e a realização de despesas públicas consideradas essenciais para a criação do espaço fiscal necessário à sustentabilidade do seu Programa.

2. Pretendemos implementar acções que promovem a entrada e investimento directo externo e que apoiam o sector privado nacional de modo a que eles possam jogar um papel decisivo na criação de riqueza, execução do próprio Programa do Governo e na dinamização da economia, garantindo o desbloqueio infra-estrutural e burocrático do País, facilitando a integração regional de São Tomé e príncipe com o objectivo de assegurar o desenvolvimento inclusivo do País.

3. Pretendemos também implementar um plano para resolução imediata dos problemas energéticos e promover a produção de energias limpas através de fontes renováveis para o aumento da potência energética actual, a reabilitação da rede de baixa e de média tensão e a continuação da extensão da rede de distribuição. A problemática da cobrança e da comercialização da eletricidade terá uma atenção particular.

Minhas senhoras e meus senhores, assim, o aumento da resiliência macroeconómica constituirá uma das condições *sine qua non* para o objectivo último que é o crescimento sustentado inclusivo e a redução da pobreza.

Espera-se com a implementação dessas políticas que o País comece a recuperar-se gradualmente, atingindo no final de 2024 a taxa de crescimento de 2,9%, pretendemos que a inflação baixe para 12,1% e o saldo primário doméstico equilibre em 0,0% do PIB.

O Governo prevê para 2024 uma mobilização de receitas num total de 4.035.000.000,00 (quatro mil milhões e trinta e cinco milhões de dobras de receita efectivas e 328 milhões de dobras de receitas não efectivas, totalizando os 4.363.000.000,00 (quatro mil milhões, trezentos e sessenta e três milhões de dobras).

Relativamente às despesas totais para o corrente ano, as despesas de funcionamento absorverão 2.876.000.000,00 (dois mil milhões, oitocentos e setenta e seis milhões de dobras), enquanto as despesas de investimento ascenderão a 1.176.000.000,00 (um mil milhão, cento e setenta e seis milhões de dobras). Os remanescentes 311.000.000,00 (trezentos e onze milhões de dobras) destinarão às despesas financeiras.

Como podem observar, as despesas de funcionamento representam 68,5% das despesas totais. Em termos de repartição sectorial, observa-se que 18,3% estão concentrados no Ministério da Educação, Cultura e Ciência, seguido do Ministério da Saúde e Direito das Mulheres, com 11,1%, o Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais, com 10,6%, e o Ministério da Defesa e Ordem Interna com 7,6%.

Importa referir que ao nível do Ministério da Educação, Cultura e Ciência, 65,1% das despesas totais alocadas a estes órgãos destinam-se exclusivamente às despesas salariais. De igual forma, nos Ministérios da Saúde e Direito da Mulher e da Defesa e Administração Interna, cerca de 55,4% e 78,1%, respectivamente, correspondem também às despesas salariais, evidenciando o peso desse grupo de despesa nos orçamentos desses órgãos.

Para 2024, o Programa de Investimento Público está fixado em 1.176 milhões de dobras, equivalente a 7% do PIB nominal estimado para o ano e reflecte um aumento de 9,6% em relação ao ano de 2023. Do valor total do PIP para 2024, 12% será assegurado por recursos internos e 88,0% por recursos externos, isto é, donativos e empréstimos que o País terá que suportar.

As despesas de investimento representam cerca de 27% das despesas totais. Relativamente à sua repartição sectorial 72,1% dessas despesas estão concentrados em quatro sectores, sendo: Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais, com a maior fatia, 35%, seguido do Ministério da Saúde e Direito da Mulher, com 13,9%, Ministério da Educação, Cultura e Ciência, com 12,6% e, por último, o Ministério do Plano e Finanças, com 10,6%.

Excelências, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, este é o Orçamento possível, tendo em conta o contexto acima descrito e a capacidade de mobilização e de endividamento do nosso país.

Não insistiremos mais sobre as vulnerabilidades e a exígua base de tributação e a capacidade contributiva dos nossos agentes económicos.

Queremos que todos constatem o peso da massa salarial do sector público na estrutura do OGE, reduzindo significativamente a capacidade do Estado de alargar a sua participação na realização de investimento e infra-estruturas económicas e equipamentos sociais.

Por tudo isso, consideramos fundamentais e inadiáveis as reformas no sector da Administração Pública, não só para que ela aumente a sua produtividade, produza serviços de qualidade e sirva melhor os cidadãos, prestando atempadamente o serviço, mas sobretudo para que ela se transforme num agente efectivo de desenvolvimento, acolhendo, facilitando e impulsionando as acções do sector privado.

É preciso facilitar, simplificar os processos e ser mais amigo dos utentes e dos empreendedores.

É preciso quebrar os velhos dogmas e permitir que o sector privado e que o capital estrangeiro entre nos sectores tradicionalmente reservados exclusivamente aos poderes públicos, oferecendo aos mesmos condições, incentivos, garantias e seguranças, sem o quais eles jamais se arriscariam num mercado tão pouco expressivo como o nosso.

O País precisa legislar mais e melhor sobre os sectores tradicionais, onde o quadro legal em vigor não só data muitas vezes do século XIX, como é o caso do Código Comercial, mas também nos novos sectores de actividade com grande potencial de crescimento, desenvolvimento e de geração de emprego e riquezas que foram surgindo particularmente desde o início deste século com a revolução tecnológica e constituem oportunidades aceleradoras da transformação da sociedade.

O nosso país é viável e pode fazer mais e melhor do que temos feito até então. O nosso país dispõe do activo mais importante para se transformar qualquer nação, que é o povo, e que no nosso caso integra uma importante e incontornável massa juvenil ávida de saber, de conhecimento, mas também de liberdade e de oportunidades.

Propomos um orçamento que tem como propósito recuperar metodologicamente a situação macroeconómica, estancando a degradação e corrigindo as deficiências das nossas infra-estruturas e económicas e sociais, beneficiando em pé de igualdade todos os são-tomenses, particularmente os mais vulneráveis, ao mesmo tempo que abre o País ao mundo, pois queremos um país aberto ao mundo, atrativo, que potencie as suas vantagens competitivas na região, onde a economia cresce, onde haja emprego, onde as pessoas e o dinheiro circulem, porque só deste modo se pode criar riqueza que fará o bem-estar de todos e trará conforto e paz social.

Por essas razões, convido todos os presentes a participar activamente no debate desses dois documentos fundamentais para a nossa vida política, económica e social, que fixarão sem vacilar o rumo a seguir.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Está aberta a sessão para discussão da Proposta de Lei do OGE e das GOP para o Ano Económico de 2024. Solicito a indulgência dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas que façam intervenções com elevação, que discutamos realmente esses dois instrumentos e que no fim da discussão possamos ter um trabalho feito, sendo ele brilhante, que todos desejamos, que todos que nos acompanham possam dizer que realmente se discutiu o OGE.

Antes de abirmos as inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado José Maria de Barros, para a leitura do parecer da 2.ª Comissão.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Caros Colegas Deputados, funcionários da Casa Parlamentar, senhores da Comunicação Social, nossos irmãos da diáspora, muito bom dia.

«Parecer da 2.ª Comissão relativo as Propostas de Lei n.º 21/XII/3.ª/2023 – Que aprova as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2024 e a Proposta de Lei n.º 25/XII/3.ª/2024 – Alteração à Proposta de Lei n.º 22/XII/3.ª/2023 – Que Aprova o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2024.

I. Introdução.

O Governo apresentou à Assembleia Nacional, em 15 de Dezembro de 2023, a Proposta de Lei n.º 21/XII/3.ª/2023 – Que aprova as Grandes Opções do Plano (GOP) para o Ano Económico de 2024 e a Proposta de Lei n.º 22/XII/3.ª/2023 – Que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico de 2024, observando o disposto nos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 03/2007, alterada pela Lei n.º 12/2009 – Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), tendo-se verificado a ausência dos orçamentos dos organismos com autonomia administrativa e financeira, nomeadamente, os de institutos públicos como o INIC, INOPU, IMAP, IHI e INAE, o que em certa medida não facilita a análise coerente das duas Propostas de Lei.

No cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 206.º do Regimento da Assembleia Nacional, a Presidente da Assembleia Nacional remeteu ambas as Propostas de Lei à 2.ª Comissão (Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros e do Orçamento) e às restantes Comissões Especializadas Permanentes, para o efeito de análise e parecer. Para o efeito, a 2.ª Comissão reuniu-se no dia 27 de Dezembro de 2023 para, dentre outros assuntos, proceder à apreciação do referido documento e indigitar o respectivo relator.

No curso do processo de análise e emissão do respectivo parecer, foi baixado pela Presidente da Assembleia Nacional a esta Comissão, para conhecimento e devidos efeitos, o ofício sob Ref.ª 08/13/GM-MPCMAPCS/2024, datado de 17 de Janeiro, do qual o Governo informa de que irá proceder à harmonização das referidas Propostas, à sua nova estrutura orgânica.

Neste sentido, esta Comissão, através do ofício sob N/Ref.^a 02/A.N-02CEP-CAEFO/2024, datado de 19 de Janeiro, informou à Mesa da Assembleia Nacional de que os trabalhos relativos à análise e parecer sobre as Propostas de Lei n.ºs 21 e 22/XII/3.ª/2023 se encontram suspensos.

Na sequência, esta Comissão recebeu, no dia 25 de Janeiro do corrente ano, a Proposta de Lei n.º 25/XII/3.ª/2024 – Alteração à Proposta de Lei n.º 22/XII/3.ª/2023, que aprova o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2024, para análise e parecer. É de salientar que a referida Proposta foi também baixada à 3.ª e 5.ª Comissões, para os devidos efeitos.

Assim, o presente parecer abrange a análise conjunta da Proposta de Lei n.º 21/XII/3.ª/2023 – Que aprova as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2024 e a Proposta de Lei n.º 25/XII/3.ª/2024 – Alteração à Proposta de Lei n.º 22/XII/3.ª/2023, que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico de 2024.

II. Enquadramento legal.

As Propostas de Lei n.ºs 21 e 22/XII/3.ª/2023 apresentadas pelo XVIII Governo Constitucional, no âmbito do seu poder de iniciativa, está em conformidade com o disposto na alínea f) do artigo 111.º da Constituição da República, bem como o artigo 136.º, o n.º 2 do artigo 142.º e o artigo 143.º, todos do Regimento da Assembleia Nacional (RAN).

Analisadas as iniciativas originárias, a 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional constatou que as Propostas de Lei das GOP e o OGE para o Ano Económico de 2024, apresentadas pelo Governo, não observaram o estatuído no artigo 24.º da Lei n.º 03/2007, de 12 de Fevereiro – Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), ou seja, foram apresentadas fora do prazo legal, tendo o mesmo, através do ofício sob Ref.^a n.º 243/13/GM-MPCMAP/2023, datado de 1 de Novembro, recebido pela Assembleia Nacional em 3 de Novembro, justificado o atraso com o facto de estar em negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Cumprido salientar que a iniciativa superveniente – a Proposta de Lei n.º 25/XII/3.ª/2024 – apresentada nos termos do n.º 2 do artigo 137.º do Regimento da Assembleia Nacional, propõe alterações à Proposta de Lei n.º 22/XII/3.ª/2023, sem prejuízo dos dispositivos constitucionais e regimentais mencionados anteriormente.

III. Balanço da Execução do OGE DE 2023.

Segundo o Governo e de acordo com as informações preliminares da execução orçamental referente ao ano 2023, observa-se que as receitas totais arrecadadas até Setembro totalizaram o montante de 2.198 milhões de dobras, o que representa 58,2% do inicialmente aprovado e corresponde a mais 3,4% do arrecadado no mesmo período do ano 2022.

Tanto o nível de execução, bem como o crescimento face ao ano 2022, é justificado sobretudo pelo modesto desempenho das receitas correntes internas e da contida mobilização dos donativos, apesar do excelente desempenho observado ao nível dos desembolsos de empréstimos para projectos.

Com a entrada do apoio orçamental do *World Group Bank* (WGB), a expectativa da entrada do apoio orçamental do *African Development Bank* (AfDB) associado ao reflexo do real impacto da arrecadação do IVA e da arrecadação estimada do imposto de importação, esperava-se que as receitas totais ascendessem a 3.969 milhões de dobras, o que corresponde a mais 5,1 p.p. acima do inicialmente estimado e um crescimento de 13,7%, quando comparado com o arrecadado no ano 2022.

IV. Enquadramento Macro-económico das GOP e OGE de 2024.

4.1. No Contexto Internacional.

O Governo, socorrendo-se do mais recente relatório sobre as perspectivas económicas globais de Outubro findo, estima que o crescimento económico global desacelere dos 3,5% estimados em 2022 para 3,0% em 2023 e 2% para 2024. O aumento das taxas de juro por parte dos bancos centrais como medida para combater a inflação continua a exercer pressão sobre a actividade económica.

Foi previsto um abrandamento da inflação global dos 8,7% no ano 2022, 6,9% em 2023 e 5,8% para 2024. Como mencionado, o aperto da política monetária deverá gradualmente conduzir à desaceleração da inflação. Os preços internacionais das matérias-primas caíram em 2022, mas os preços dos alimentos permaneceram elevados, representando um dos principais factores impulsionadores da desinflação prevista em 2023.

A Zona Euro está a enfrentar desafios consideráveis no que diz respeito à sua recuperação económica, com particular destaque para o aumento significativo dos preços do gás causado pelo conflito no leste europeu. Este aumento de preços desacelerou o crescimento económico da região. Em 2022, a taxa de crescimento foi de 3,3%, mas se esperava uma desaceleração drástica para 0,7% em 2023, seguida por

uma recuperação moderada de 1,2% para 2024. Por outro lado, a produção industrial na Alemanha foi fraca e houve uma contracção económica no início de 2023, levando a uma revisão em baixa do crescimento económico para (-0,3%), seguida por uma recuperação para 0,9% em 2024.

No caso de Portugal, as perspectivas são mais positivas, com uma previsão de crescimento da actividade económica de 2,7% em 2023 e 2,4% para 2024, números que superam a média da Zona Euro. Esperava-se também uma redução da taxa de inflação de 5,2% em 2023 e prevê-se para 2024 uma redução para 3,3%. Este desempenho favorável foi atribuído à evolução positiva do mercado de trabalho, às medidas públicas de apoio ao rendimento das famílias e ao aumento das entradas de fundos europeus, que conseguem compensar os efeitos negativos da inflação elevada e da política monetária restritiva sobre a procura interna.

Na região da África Subsaariana, na qual São Tomé e Príncipe está inserido, previa-se um abrandamento do crescimento para 3,3% em 2023, seguindo-se a uma recuperação de 4% para 2024.

A Nigéria enfrentou uma diminuição gradual do crescimento de 3,3% em 2023 e 2,9% para 2024 face ao registo de 3,1% em 2022 devido aos desafios de segurança no sector petrolífero.

Quanto a África do Sul, era esperada uma desaceleração do crescimento de 0,9% em 2023, seguindo-se a uma recuperação de 1,8%, para 2024 face ao valor de 1,9% registado em 2022, devido à escassez de energia, embora a previsão tenha sido revista em alta em 0,2 p.p. em relação ao relatório *World Economic Outlook (WEO)* de Abril de 2023, graças à resiliência da actividade de serviços no primeiro trimestre do ano.

4.2. No Contexto Nacional.

O Governo espera para o Ano Económico de 2024 que a economia são-tomense possa melhorar e alcançar um crescimento na ordem de 2,9%, contra os (-0,3%) registados no ano económico transacto.

Na visão do Governo, a persistência da inflação a nível mundial e a implementação de políticas monetárias mais restritivas resultaram em maiores custos de financiamento e exercem uma pressão sobre as taxas de câmbio. As reservas internacionais líquidas (RIL) mantêm-se em patamares reduzidos devido a uma maior dependência do financiamento baseado no apoio dos principais parceiros, associado a uma diminuição a longo prazo nos orçamentos de ajuda ao desenvolvimento provenientes desses mesmos parceiros.

A demora no estabelecimento do programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem conduzido a escassez de financiamento, tendo impactado na execução do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2023, bem como no nível das Reservas Internacionais Líquidas. Como resultado, a economia nacional, que já enfrenta desequilíbrios macro-económicos consideráveis, encontra-se ainda mais afectada.

O Governo pretende reduzir a taxa de inflação para 12,1% contra os 21,2% registados em 2023; projectar para 2024 um défice doméstico primário na ordem de 0,0% do PIB, contra os 1,9% do PIB registado no ano transacto, assente essencialmente num aumento de arrecadação de receitas correntes em torno dos 16,4% do PIB e na realização de despesas com pessoal em torno dos 8,5% do PIB, o que representa uma redução na ordem de 0,2% do PIB em relação ao ano 2023.

O Governo pretende, de igual modo, reforçar os investimentos públicos nos sectores sociais, representando 15% do PIB, dos quais 85,4% deverão ser financiados com recursos a donativos de forma a manter a sustentabilidade da dívida externa.

V. As Grandes Opções do Plano e a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2024.

5.1. Estrutura formal das Grandes Opções do Plano para 2024.

As Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2024 estão estruturadas em quatro eixos estratégicos do Programa do XVIII Governo. Os programas, medidas, acções ou projectos programados para o ano 2024 são organizados por domínios, em função das seguintes Directivas (Cf. págs. 29 a 60 das GOP), nomeadamente:

- i. Adopção e implementação de medidas que permitam melhorar o poder de compra das populações e resgatar a sua confiança e travar a degradação física e económica;
- ii. Recuperação das infra-estruturas físicas e económicas e sociais abandonadas, destruídas e mal conservadas, de modo a que o processo produtivo e de desenvolvimento rural retome o seu curso normal;
- iii. Adopção e implementação de medidas que permitam o melhor funcionamento das instituições públicas, nos mais diversos sectores;
- iv. Execução de um programa que assegure o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

5.2. Análise da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para ano de 2024.

1. Em relação à Proposta do OGE, o Governo prevê para o Ano Económico de 2024 uma arrecadação de Receitas Totais em Dbs. 4.363.000.000,00 (quatro mil milhões, trezentos e sessenta e três milhões de dobras), incluindo financiamento, contra os Dbs. 3.775.000.000,00 (três mil milhões, setecentos e setenta e cinco milhões, de dobras) registados em 2023, o que representa um aumento de 15,58%.

2. Relativamente às receitas correntes, o Governo prevê para 2024 arrecadar um montante total na ordem de Dbs. 2.723.773.000,00 (dois mil milhões, setecentos e vinte e três milhões, setecentos e setenta e três mil dobras), contra os Dbs. 2.072.387.000,00 (dois mil milhões, setenta e dois milhões, trezentas e oitenta e sete mil dobras), previstos em 2023, o que representa um aumento de 31,43%.

3. Quanto aos donativos, estima-se arrecadar Dbs. 1.311.326.000,00 (mil milhões, trezentos e onze milhões, trezentos e vinte e seis mil dobras) contra os Dbs. 1.462.163.000,00, (mil milhões, quatrocentos e sessenta e dois milhões, cento e sessenta e três mil dobras) em relação ao ano 2023, representando uma diminuição de 10,32%.

4. No que concerne aos financiamentos, o Governo estima arrecadar Dbs. 327.901.000,00 (trezentos e vinte e sete milhões, novecentos e uma mil dobras), contra os Dbs. 240.450.000,00 (duzentos e quarenta milhões, quatrocentas e cinquenta mil dobras) estimados em 2023, registando um aumento de 36,37%.

VI. Principais Constatações e Conclusões das demais Comissões Especializadas Permanentes.

6.1. Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Administração Pública e Ética (1.ª Comissão).

1. A 1.ª Comissão constatou que as Propostas de Lei n.ºs 21 e 22/XII/3.ª/2023 que aprovam as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado para o ano Económico de 2024 está composta pelos diversos mapas e não só, que enquadra e clarifica as diversas situações, nomeadamente a previsão de arrecadação de receitas, as despesas previstas, ambas distribuídas de acordo com a organização e distribuição entendidas, frisando que não estão garantidas algumas fontes de financiamento do OGE, desde logo pela não assinatura do acordo com o FMI.

2. Esta Comissão concluiu que estão preenchidos todos os requisitos formais e legais, e recomenda que as referidas Propostas, sejam submetidas ao Plenário da Assembleia Nacional para o debate na generalidade, nos termos do artigo 209.º do Regimento da Assembleia Nacional, por um lado, e, por outro, que o Governo continue e conclua, tão rápido quanto possível, as negociações com o FMI.

6.2. Comissão dos Assuntos Sociais, Saúde, Educação, Cultura, Ciência, Trabalho e Solidariedade (3.ª Comissão).

1. A 3.ª Comissão Especializada Permanente, ao analisar as Propostas de Lei n.ºs 21/XII/3.ª/2023 e 25/XII/3.ª/2024, constatou que “Face a essa conjuntura económica difícil, o Governo assume como prioritárias a resolução de três preocupações fundamentais, nomeadamente: i) o desemprego que afecta uma larga camada da população; ii) o elevado custo de vida que atinge de forma dramática as populações mais vulneráveis; iii) a desigualdade social que tende a acentuar”.

2. Esta Comissão constatou ainda que no Sector da Saúde, independentemente das dificuldades existentes, este centrou as suas acções na aquisição de insumos médicos e hospitalar, reforço do stock do Fundo Nacional de Medicamentos, tendo adquirido equipamentos médicos e realizadas obras de construção de armazém para medicamentos e consumíveis, assim como meios rolantes, tais como ambulâncias, autocarros e motorizadas. O pessoal médico, enfermeiro e de saúde comunitária no domínio de paludismo, HIV-SIDA e tuberculose, bem como 4 corpos médicos estão a ser especializados na República Popular da China para prestar serviço em cuidados intensivos.

3. Foi constatado também por essa Comissão que, no âmbito do Programa do Investimento Público (PIP), para este sector, o Governo prevê o investimento no montante de 164.016.000,00 equivalente a 13.9% do valor total do PIP.

4. Esta Comissão concluiu que algumas acções inscritas nas GOP e no OGE para o Ano Económico de 2024 podem não ser efectivadas, tendo em conta que as negociações com o FMI prosseguem, o que poderá pôr em causa o financiamento para a realização dos projectos previstos, tendo-se ainda verificado que muitas dessas acções já tiveram o seu início nos anos anteriores.

5. Em relação ao Sector de Trabalho, a 3.ª Comissão constatou que o Governo pretende, no âmbito das suas actividades, desenvolver o seguinte:

1. O Programa de Apoio à Criação do Próprio Emprego para fomentar o auto-emprego e a criação de oportunidades de emprego para jovens e adultos desempregados de longa duração para o exercício de uma profissão.

2. O Programa de modernização dos serviços públicos do emprego com objectivo de revitalizar os mecanismos de intermediação, informação e análises do mercado de trabalho, as instituições de promoção de emprego e as iniciativas de inserção profissional serão reforçadas e harmonizadas, assim como serão mobilizados e disponibilizados fundos para promoção do empreendedorismo e da criação do próprio emprego.

3. O Programa de Protecção Social com o objectivo contribuir para a redução da extrema pobreza e para aumento da resiliência das famílias em situação de vulnerabilidade.

No que diz respeito ao Sector da Educação, o Governo augura realizar programas no âmbito da educação pré-escolar, ensino básico e secundário, educação para jovens e adultos, ensino superior, formação e gestão de docentes, gestão de sistema educativo e desenvolvimento de capacidades institucionais, ensino especial inclusivo, alimentação e saúde escolar, ciência, tecnologia e inovação.

No Sector de Cultura, o Governo prevê realizar programa de cultura que visa no essencial promover a investigação e profissionalização do sector cultural e recreativo, o desenvolvimento da cidadania através do património histórico-cultural como atractivo turístico, garantindo o desenvolvimento sustentável a partir de alocação de investimentos potenciadores de criar emprego digno, gerar rendimento, valorizar o capital humano e bem-estar social.

Face ao exposto, a 3.^a Comissão recomenda:

- a) Melhorar a gestão e fiscalização dos medicamentos nos Centros e Serviços de Saúde;
- b) Requalificar e apetrechar os Centros de Saúde Distritais e Regional;
- c) Construir e/ou modernizar o Centro Hospitalar Dr. Ayres Menezes;
- d) Implementar a avaliação de desempenho dos profissionais da Saúde;
- e) Promover acção de formação e capacitação do pessoal da Saúde.
- f) Combater o vandalismo e violência nas escolas;
- g) Promover sessões de formação e capacitação continua para os professores e os demais do Sector da Educação;
- h) Promover a equidade de género e igualdade de oportunidades;
- i) Fomentar a inclusão para que as classes desfavorecidas (crianças, adolescentes, jovens, adultos e crianças com necessidades especiais) integrem no sistema educacional.

6.3. Comissão dos Direitos Humanos, Cidadania, Cooperação e Comunidade (4.^a Comissão).

Das análises feitas as Propostas de Lei n.ºs 21 e 22/XII/3.^a/2023, que aprovam as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2024, esta Comissão constatou:

- a) Uma considerável correspondência entre os projectos inscritos nas Propostas da Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado;
- b) Que grande parte de acções decorrem das Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral de Estado para o Ano Económico de 2023, justificada pela fraca execução orçamental e por serem acções que dificilmente se concretize num só ano económico.
- c) Que o Governo reafirma o engajamento em implementar os compromissos estabelecidos nas convenções internacionais e regionais de direitos humanos ratificados pelo Estado.
- d) Que existe uma determinação no envolvimento da diáspora no processo de desenvolvimento do País, pretendendo criar o programa de integração da diáspora, no sentido de fortalecer os laços entre o País e a sua diáspora, visando benefícios mútuos e uma integração mais efectiva da diáspora nas questões nacionais.

6.4. Comissão de Género, Família, Coesão Social, Juventude, Desporto e Comunicação Social (5.^a Comissão).

Da análise às Propostas de Lei n.ºs 21/XII/3.^a/2023 e 25/XII/3.^a/2024 a 5.^a Comissão Especializada Permanente constatou que:

- a) É de extrema importância que haja uma política para a juventude no País e na diáspora, de acordo com as suas reais necessidades, associadas a política de habitação e o fomento da empregabilidade dos jovens;
- b) Embora esteja inscrito na Proposta do Orçamento Geral do Estado uma rubrica de apoio institucional ao Comitê Para-Olímpico, não se verificou nas GOP nenhuma acção para o referido Comitê;
- c) Há relevância de garantir o acesso gratuito à justiça e assistência às vítimas e sobreviventes de violência baseada no género e um pronto atendimento para que as vítimas não convivam directamente com os agressores nos primeiros dias pós agressão;

d) A não assinatura de um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pode comprometer a efectivação de algumas acções inscritas nas GOP e no OGE para o Ano Económico de 2024.

e) No que se refere à Comunicação Social (Rádio Nacional, STP-Press e a TVS), as referidas direcções passaram à tutela do Gabinete do Primeiro-Ministro, deixando de pertencer ao Ministério da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares e com a designação de uma Direcção Geral.

f) Estão salvaguardadas as acções ligadas ao género, nos diferentes ministérios.

g) Não está acautelada na Proposta de Lei n.º 25/XII/3.ª/2024, uma rubrica para fazer face à despesa Construção do edifício do Centro de Aconselhamento contra a Violência Doméstica, conforme constava da Proposta de Lei n.º 22/XII/3.ª/2023.

Neste sentido, esta Comissão recomenda que o Governo:

a) Evidencie esforços entre diversos sectores, para o controlo e fiscalização de venda de bebidas alcoólicas aos menores, clarificando as competências de cada sector envolvente;

b) Proceda a um eficiente recrutamento ou redistribuição de recursos humanos, materiais e financeiros, a fim de não constituírem barreiras nas investidas de algumas instituições de Estado;

c) Tenha em atenção a lei de comunicação electrónica, que trará novas exigências e comprometimento com o processo de transição do sistema analógico para digital.

d) Insista na promoção de emprego para os jovens em todo o Território Nacional, e criar condições que os levam a permanecer no País, recorrendo sempre que possível a parcerias público-privadas;

e) Crie as condições de serviços e melhoria da cobertura de sinal da Rádio e TVS em todo o espaço Nacional;

f) Reforce e apresente as iniciativas que estejam sempre ligadas directamente a temática de género;

g) Privilegie, com a criação de gabinete de IDT (Instituto de Droga e Toxicoddependência) em todos os Distritos, a capacitação de quadros locais, bem como futuros agentes do referido gabinete;

h) Reescreva a construção de um edifício de raiz para o Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica no Ministério da Saúde e Direito das Mulheres, como constava na primeira Proposta Lei;

i) Proceda o controlo rigoroso, na efectivação das acções elencadas na supracitada Proposta de Lei, para que os resultados finais possam ser realmente proveitosos pelas populações afectadas.

VII. Conclusão.

A análise desta Proposta do Orçamento Geral do Estado revela uma evolução significativa dos recursos alocados, tendo-se observado um esforço em equilibrar a distribuição de recursos, alinhando-se às metas macro-económicas e as prioridades deste Governo, destacando-se ainda o compromisso em fortalecer sectores críticos, impulsionando o crescimento e a eficiência no uso dos recursos.

Diante desse contexto, a conclusão da análise sugere um orçamento que não apenas atende às necessidades imediatas, mas também estabelece bases para um crescimento económico. Resta, portanto, a execução eficaz das Propostas das GOP e OGE, seguimento constante e ajustes conforme necessário para assegurar o alcance bem-sucedido das metas delineadas no presente Orçamento.

VII. Recomendação.

1. A 2.ª Comissão Especializada Permanente recomenda enfaticamente que o Governo prossiga e finalize as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto mecanismo estratégico para assegurar o financiamento dos projectos a serem financiados por este organismo internacional, garantindo maior credibilidade do País em mobilizar outras fontes de financiamento, no sentido de reforçar a resiliência económica e impulsionar o crescimento económico que se preconiza.

2. Esta Comissão recomenda ainda ao Governo que, ao submeter à Assembleia Nacional as Propostas de Lei que aprovam as GOP e o OGE, estas sejam acompanhadas dos orçamentos dos organismos com autonomia administrativa e financeira, a fim de permitir uma análise mais abrangente das referidas Propostas.

3. Por outro lado, considerando que as Propostas de Lei em apreço cumprem todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais necessários à sua tramitação, esta Comissão recomenda que sejam submetidas ao Plenário, nos termos dos artigos 209.º e 210.º do Regimento da Assembleia Nacional, para discussão e votação na generalidade.

Eis, Excelência, o teor do parecer desta Comissão.

A Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros e do Orçamento em São Tomé, 1 de Fevereiro de 2024.

O Presidente da Comissão, Raúl Espírito Santo Cardoso.

O Relator, José Maria Afonso de Barros.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado José Maria de Barros.

Porque assim a Conferência de Líderes quis, fixamos para esta discussão 5 horas, que são 300 minutos, distribuídos proporcionalmente da seguinte forma: o ADI tem 106 minutos, o Governo também tem 106 minutos, o MLSTP/PSD, 63 minutos, o MCI/PS-PUN, 18 minutos, e o Movimento BASTA, 7 minutos.

Importa dizer que a distribuição que temos no painel está por defeito. Onde temos 10 é 106.

E também nos socorremos do artigo 209.º, cuja epígrafe é debate na generalidade, diz que o debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado tem a duração mínima de 2 dias e máximo de 5 dias e a Conferência fixou o debate para 2 dias. Quer dizer que nós hoje não vamos fechar, vamos discutir hoje e continuar amanhã.

Assim, estão abertas as inscrições para a discussão do Orçamento Geral do Estado e Grandes Opções do Plano.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Obrigado, Sra. Presidente.

Pedi uma interpelação à Mesa, porque não poderia deixar o que aconteceu para um momento depois. Eu sei que as comunidades nacional e internacional estão a escutar-nos. Se não estão a escutar-nos no momento, não de escutar e não poderia deixar isso passar em branco. Já se discutiu aqui nesta Casa e falou-se sobre as medidas que a Mesa entendeu tomar e muito bem sobre a segurança. Não quero aqui repetir isso, todos nós passamos por efectivos de segurança, eu próprio fui revistado, aceitei, tanto ontem como hoje. Sentamos todos, depois levantei-me e fui à casa de banho da Casa Parlamentar. Ao sair da casa de banho, apareceu-me o segurança, tentando revistar-me com o aparelho.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Falta de respeito!

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Se eu tivesse saído, descido as escadas para o meu carro e voltado, até entenderia. Eu fui à casa de banho, fazer as minhas necessidades. Ao sair da casa de banho, vem um segurança a querer revistar-me. Eu não aceitei. Quero aqui dizer, não aceitei ser revistado.

Aplausos do BASTA e do MLSTP/PSD.

E um Chefe de Segurança, responsável e profissional, chamado Richer, salvo erro, viu a situação, interveio e mandou-me seguir, e eu passei. Eu não aceitei ser revistado outra vez, estaria disposto a me darem um tiro e eu morreria aqui na Casa Parlamentar a representar o povo.

Aplausos do BASTA e do MLSTP/PSD.

E para terminar, Sra. Presidente, como já disse ontem aqui que há uma iniciativa de umas mentes dantescas para alterar o Regimento da Assembleia Nacional, para tornar a Casa Parlamentar mais democrática, mais transparente e mais plural. Então, que se inclua nesta iniciativa a possibilidade de os seguranças nos revistarem dentro da casa de banho, quando estamos a sair do urinol e da sanita.

E eu espero que isso não esteja no artigo 28.º alínea k) do Regimento da Assembleia Nacional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Aplausos do BASTA e do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — A Mesa tomou boa nota da sua reclamação. Logo, vamos ver junto aos seguranças o que aconteceu. Lamentamos! Vamos tentar ver noutras ocasiões para que isso não aconteça.

Tem a palavra o Sr. Líder do MLSTP/PSD.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, saudações a todos, respeitando a devida precedência protocolar.

Sr. Primeiro-Ministro, o meu Grupo Parlamentar, ao analisar a Proposta do OGE e das GOP, deparou-se com uma situação que gostaria de ser esclarecido, mesmo antes de entrarmos noutros detalhes, mas

mesmo no tempo. Na Tabela 12, Serviço da Dívida Pública Externa por Credores, na página 74, vem registado de 40.691. Esta tabela está em milhões de dobras, qualquer coisa como 1.600 euros para o pagamento de juros do Afreximbank. O meu Grupo Parlamentar remeteu ao Governo, via Mesa da Assembleia, em tempo oportuno, o pedido de esclarecimento cabal das informações que circulavam no País de que contraímos um crédito ou não crédito com taxa “x” ou “y”. Para não ficarmos na especulação, pedimos formalmente esta informação ao Governo, mas até hoje não tivemos essa resposta ou esclarecimento. E espantou-nos estar registado no Orçamento este valor de juros. O mais grave ainda é que é o maior valor de juros que teremos que pagar em 2024. Quando nós olhamos para a explicação desta tabela, faz-se referência a todos os outros organismos e não ao Afreximbank, o que se vai complicar, porque de acordo com a Lei-Quadro da Dívida Pública, a Assembleia Nacional deve aprovar. Ainda ontem aprovamos aqui, claro, cumprindo as boas práticas, cumprindo a lei, o empréstimo com o BAD, de 3 milhões de dólares ou coisa próxima. Mas até hoje não temos nenhum processo, não temos nenhuma informação em relação ao crédito com esse banco. Estando registado no OGE, ao aprovarmos, estaremos também a aprovar este crédito, embora não tivéssemos apreciado, analisado ou visto qualquer informação a esse respeito.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, terei mais intervenções a fazer, mas julgamos esta pertinente, porque é o maior valor de juros que vamos pagar. Não fazem esclarecimento nenhum no texto, não vimos, pela leitura que fizemos, e está cá, não tendo cumprido qualquer noção prévia dos assuntos.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Houve um pedido de esclarecimento, não sei se o Governo quererá responder. Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças** (Ginésio da Mata): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

A questão colocada pelo Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD não constitui nenhuma polémica. Não existe um acordo de empréstimo. O Governo não assinou nenhum acordo de empréstimo com o Afreximbank. O que ocorreu foi uma operação SWAP. Em termos miúdos, é uma troca de divisas para facilitar a importação. Naturalmente, se um indivíduo qualquer tem dobras e quer comprar euros, há uma taxa. Portanto, o que está aqui registado é o custo da utilização da divisa que suportou a importação do combustível no mês de Junho.

E agora, não fiquemos apenas aqui. Como é que nós chegamos a essa situação? Isto importa também discutir.

Aplausos do ADI.

E este processo tem ligação com a discussão que estamos a ter com o FMI. Quando o Governo assumiu as funções em Novembro de 2022, já não havia programa com o FMI.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Estavas lá.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — A sério?

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Porque o programa com o FMI é importante, é necessário, o Governo solicitou um novo programa. Em Fevereiro, já tínhamos chegado ao acordo técnico para o novo programa, todos os números acertados, com a perspectiva de termos o programa em Junho de 2023. Sucede que, na esteira dos processos anteriores de importação de combustível, a SONANGOL decidiu suspender o crédito. Antes já tinha reduzido as quantidades e depois suspendeu o crédito. Disse agora nós só fazemos em pronto pagamento. Acto contínuo, a ENCO informa ao Governo de que não tem condições de tesouraria, não tem sequer dobras. Já não se colocava a questão apenas da divisa, mas não tem sequer dobras.

Murmúrios do ADI.

Tratando-se de um produto estratégico e a comunicação feita pela ENCO, o Governo viu-se na responsabilidade de assumir esse processo. Como é que se ia fazer a importação, se o próprio Estado não tinha dinheiro, o nível da reserva, zero? Daí, nós comunicamos este facto, em Abril, ao FMI, aquando da Reunião Primavera. E o FMI, a partir dessa notícia, reabriu negociação. Aí é que surge a tal necessidade de gap externo. E é preciso também que se diga que o FMI não financia nenhum projecto. O acordo com o FMI é necessário, mas de lá não vem o recurso para financiar o Orçamento Geral do Estado. Portanto, tendo reaberto a negociação a partir desta situação alheia ao Governo, não foi da responsabilidade do Governo que Angola tivesse suspenso o crédito, não foi da responsabilidade do Governo que a ENCO não tivesse recursos para suportar a importação. E não tendo o FMI qualquer solução para o problema, desejou boa sorte ao Governo, para saber como é que se ia desenrascar. Olhando para a situação macro do País, onde é que se ia encontrar recurso para importar o combustível? Eventualmente, podia-se ir ao BISTP, mas a taxa seria para aí qualquer coisa igual e com agravante. Refiro-me ao BISTP como uma referência, um banco local, mas o volume também constitui um constrangimento, porque o montante necessário na altura, dalgumas situações que nós sondamos, excedia o capital próprio. Ou seja, não era possível um banco local fazer esse crédito, porque o valor necessário para cobrir a importação do combustível durante o ano excedia o capital próprio do banco. Daí a operação SWAP junto ao Afreximbank. Embora o custo associado, foi uma situação que salvou o País de situação pior.

Repare que pelo atraso da conclusão da operação e depois os constrangimentos da logística, originou que o País ficou quase 2 semanas à beira do *black out* total. É para dizer que é o custo da operação SWAP de uma perspectiva, porque o Governo depois, junto com os parceiros, assumiu o compromisso de não usar o remanescente da operação. Foram utilizados apenas cerca de 12 milhões de dólares e o remanescente não foi mais utilizado e esta é a previsão da garantia do pagamento do custo desta operação.

Para entender melhor a operação, em termos de capital, a divisa utilizada para a importação do combustível tem a corresponde em dobras aqui no Banco Central. Isto para dizer que há uma conta do Afreximbank no Banco Central com as dobras equivalentes aos cerca de 12 de milhões de dólares que foram utilizados. No Afreximbank há uma conta do Banco Central correspondente a 12 milhões de dólares por utilizar. Por isso, este é o custo.

Portanto, não constitui nenhuma violação do acordo do crédito. O que foi feito não foi nada assim parecido.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro, pelo esclarecimento.

O Sr. Líder do MLSTP/PSD está a pedir a palavra, com base no artigo 102.º do Regimento.

Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sr. Ministro, mas contou o historial, respeito...

Vozes do ADI: — Ooohhh!

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — ... mas o problema é que o Estado, por essa utilização, operação SWAP, está a engajar um custo, uma despesa. Independentemente das razões, o País está mal, compreendo, mas não é por aí. Os procedimentos são ou não um custo? O valor não pode ter caído do céu, sem documentação nenhuma! Tem que ter documentação. Nós pedimos informações e temos direito a elas. Não as tivemos. É assunto do Estado, do País, temos todos que estar informados. Se tivesse detalhes de segredo do Estado que não nos pudessem passar, mas não é por aí.

Nos dê informações, porque o engajamento, numa despesa desta natureza, vai levantar várias questões. Falou em 12 milhões, está-me a falar de juro de 1 ano, 1.700, conseguiremos pagar já estes 12 milhões este ano? E os juros subsequentes? Estes assuntos do Estado têm que ser tratados com o devido cuidado, com o envolvimento de todos. Informação é preciso. Nós somos um Partido da oposição? Somos. Estamos na oposição e precisamos de informações, como quando o ADI esteve na oposição e também precisava de informação. É natural.

Murmúrios do ADI.

Se não foi fornecido, peçam. Eu defendo a partilha de informações. Não pode haver segredos desta natureza e depois estar no Orçamento Geral do Estado uma verba tão avultada. É o maior juro que temos que pagar, e não temos documentação nenhuma. Pode dizer que não é crédito, pela natureza da operação? Não. Mas este engajamento, como é que fica? É um engajamento que caiu do céu? Não caiu do céu.

Sr. Ministro, aproveito aqui para pedir formalmente os detalhes da operação. Precisamos das documentações. É um direito que nos assiste. Tendo documentações, não há reclamações, a gente analisa e fazemos debate com relação à documentação disponível.

Sr. Ministro percebeu? Então, o meu grupo parlamentar, logo que possível, gostaria de obter as documentações para analisar.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Líder.

Só para contextualizar e para que não se repita, o deputado ou a deputada que pedir a palavra para intervir, pedindo esclarecimento, tem 3 minutos para o fazer. E o artigo 102.º que referiu, o ponto 1, diz que: «O uso da palavra para esclarecimento limita-se a formulação sintética da pergunta e da respectiva resposta sobre a matéria em dúvida enunciada pelo orador que tiver acabado de intervir.» Para que os outros não venham depois, desconhecendo este ponto, fazer o mesmo.

Estamos a discutir o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano.

Não temos inscrições, podemos suspender para amanhã?

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Submete à votação, para a gente despachar!

A Sra. **Presidente**: — Não estamos no intervalo, estamos a discutir. Não havendo intervenções, não há discussão. Não havendo discussão, vamos suspender e retomaremos amanhã.

Uma voz do ADI: — *Kwa sê matxi!*

Murmúrios gerais.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Onde está matéria para discutir?

A Sra. **Presidente**: — O documento foi distribuído por formato digital, era suposto termos todos no computador, porque a Assembleia distribuiu um computador para cada deputado...

Murmúrios.

... e por isso não estamos mais a trabalhar com distribuição em formato papel. Portanto, é suposto todos terem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, apresento os meus cumprimentos a si, à Mesa, aos Caros Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, também espero que extensivamente consiga cumprimentar o Povo de São Tomé e Príncipe, no País e na diáspora.

Sr. Primeiro-Ministro, eu venho cá para apresentar algumas questões relacionadas com a questão do Orçamento do Estado.

No ano passado, quando viemos discutir o Orçamento do Estado, tínhamos um valor previsto, que em relação a este ano, houve aumento. Portanto, a previsão este ano é um...

Uma voz do ADI: — Nós, quem?

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Todos os Deputados. Viemos discutir e este ano há um aumento.

Sr. Primeiro-Ministro, neste sentido, quero fazer um estudo comparativo, quero apresentar-lhe uma comparação do que acontece na previsão orçamental para a Região Autónoma do Príncipe. Eu venho já

com alguma antecedência, porque sei que se fala pouco do Príncipe e deve-se de facto procurar pensar no Príncipe mais e ter mais acções viradas para o Príncipe, porque o povo do Príncipe precisa e precisa muito.

Dos dados que tenho aqui, ao nível das despesas, Sr. Primeiro-Ministro, em 2023, o Príncipe beneficiava de 3,7% do Orçamento para as despesas, o que naquela altura eu dizia que era pouco, porque a nossa meta no Príncipe é solicitar pelo menos 10%. E este ano, apesar do aumento do tecto orçamental, passamos a ter 3,4%, aproximadamente, do orçamento. Baixamos de 3,7 para 3,4.

Ao nível do investimento, no ano passado, tínhamos aproximadamente 3% do Orçamento e este ano, apesar do aumento, nós temos aproximadamente 2%, também há um decréscimo. A que se deve este decréscimo? Porque é que no ano passado nós tínhamos 32.020.000,00 (trinta e dois milhões e vinte mil para investimento, por volta de um milhão de euros e pouco e agora só temos 21 milhões, que são por volta de oitocentos e tal mil euros? Portanto, este valor é irrisório para as necessidades do Príncipe. Na minha intervenção de ontem, em assuntos de interesse político relevante, elenquei um conjunto de necessidades nossas, e estava cá o Sr. Ministro das Finanças, até também para mostrar que de facto a situação do Príncipe é uma situação mais gritante em relação ao País.

Ainda quero dizer que se a previsão for essa e se a tendência é esta para o Príncipe, podemos tirar as devidas conclusões. Primeiro, porque esse decréscimo vai, de qualquer forma, pôr em causa o investimento que o Príncipe precisa para o Ano Económico 2024. Até porque no Ano Económico 2023, segundo as informações que pairaram, o Governo apenas conseguiu transferir 500 000 euros, que não chegam para investimentos, não fazem qualquer investimento.

A título de exemplo, tivemos um financiamento de um parceiro que reassentou a comunidade de Sundry na Terra Prometida, o parceiro desbloqueou cerca de 6 milhões de euros, mais de 6 milhões de euros não conseguiu fazer 133 casas, arruamento e tudo. Não conseguiu. A obra não acabou, por causa das dificuldades que existem, quando se faz projectos de investimento no Príncipe.

Ao nível da Educação, a Sra. Ministra felizmente visita o Príncipe. E quando vai eu fico contente, porque diz coisas reais e até quando disse que o assunto da escola que não acaba é um assunto de Justiça. As obras não acabam e as crianças agora estudam no balneário do estádio, o que não é correcto. Sabe que eu sou professor por muito tempo. Disse bem, mas não há coragem para se decidir sobre o processo e a escola até agora ainda não acabou. Eu compreendo que é difícil fazer obras no Príncipe, mas quando há financiamento tem-se que realizar e não brincar.

Se este valor previsional continuar a ser para os próximos anos, vamos ter um Príncipe mais perdido. O Príncipe está envelhecido e toda gente sabe. Vou repetir isso sempre. O Príncipe não tem estrada em condições, toda gente sabe. No Príncipe o custo de vida é mais elevado, toda gente sabe. O Príncipe tem um subsidio de isolamento que já está desadequado, toda gente sabe. Será que o povo deve continuar a ser sufocado? Será que o Governo Regional não poderá ter saídas no princípio de solidariedade nacional, naquilo que é recepção da riqueza do Estado, para melhor agir junto à população? Portanto, na minha perspectiva, o Governo Regional, para este ano, terá muita dificuldade em fazer face às demandas que o Príncipe impõe no sector económico. Nessa condição, quer dizer que para a produção que quase não existe, a dificuldade será maior. Eu já disse que mataram o sector de construção. A produção não existe. Somos um povo totalmente consumidor e dependente da importação de São Tomé para Príncipe e isto é grave. Não há incentivo para dinamizar o sector produtivo para competir o mercado e para poder baixar a inflação, para melhorar a vida das pessoas. O básico não está resolvido, não está feito.

Acho o Orçamento Geral do Estado deve cingir-se sobretudo em eliminarmos, ultrapassarmos ou superarmos aquilo que é a necessidade básica e elevarmos o nível de vida da população. E isto é notável, Sr. Primeiro-Ministro. Nós sabemos todos que com este comportamento, onde o produto interno bruto é baixo, onde a inflação não para, onde o custo de vida é um desastre, é verdade que o povo vai continuar com muita dificuldade, até para adquirir os produtos da cesta básica. Há pessoas com muitas dificuldades. Um desemprego crescido e um emprego de baixa qualidade para aqueles que trabalham também vai complicar mais a vida das pessoas. Eu gostaria que de facto o Governo tivesse uma visão para preparar um orçamento em que o Príncipe tivesse direito, no predisposto da riqueza nacional, a uma percentagem muito maior, tanto ao nível de despesas como ao nível de investimentos. Aliás, até porque nós estamos com um orçamento que não ajuda o crescimento. Não é possível termos um orçamento cujas despesas são três vezes maiores que o investimento. São três vezes mais. O que é que estamos a fazer? Então, estamos a trabalhar só para suportar as despesas? Não! É preciso olhar para investimentos estratégicos, para podermos resolver os problemas básicos. Isto está mal! A situação está muito caótica no Príncipe!

Portanto, nesta altura, eu gostaria de deixar essas considerações e, se calhar, voltarei para trazer outras situações.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado.

Pausa.

Sras. e Srs. Deputados, estamos à espera de mais intervenções, para o Governo depois responder.

Sras. e Srs. Deputados, tempo é dinheiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Leonardo.

O Sr. **João Leonardo** (MCI-PS/PUN): — Sra. Presidente, e os elementos da Mesa, Sr. Primeiro-Ministro e os Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, também queria dar a minha contribuição relativamente ao Orçamento Geral do Estado, sobre questões que têm a ver com o Príncipe.

Em primeiro lugar, quero agradecer, porque aqui neste Orçamento vejo um projecto extremamente importante, no Ministério de infra-estruturas, Sr. Ministro, que é a reabilitação da ponte sobre o Rio Papagaio. Essa ponte já requer reabilitação há muitos anos e corremos certos riscos com a mesma. Mas agora a minha dúvida, Sr. Ministro, é que acho que há 3 ou 4 anos, foi feito o concurso para a reabilitação dessa ponte e não sei se, estando inscrito agora no Orçamento Geral do Estado, vão anular o concurso, inclusive houve uma empresa vencedora, ou se vão continuar com a empresa que tinha ganho o concurso na altura. Essa é uma das duas dúvidas que tenho.

Sr. Ministra da Juventude, quero levantar aqui uma preocupação. No orçamento do ano passado, discutimos aqui uma possível elaboração de um projecto para a cobertura do polo desportivo do Príncipe, não sei se se recorda. Não vejo aqui no orçamento nem o estudo nem realmente a execução desse trabalho. Nós falamos disso no orçamento passado e pelo menos devia-se fazer um estudo, porque, como sabe, o Príncipe chove muito e se não começarmos a prever a cobertura daquele pavimento, não vai durar muito tempo. Portanto, tínhamos falado disso e não sei se foi um lapso ou qual é a intenção do Ministério relativo a este aspeto.

Sra. Ministra da Educação, falou aqui o colega que me antecedeu, também era importante sabermos em que pé está a situação da escola Paula Lavres. Portanto, a empresa abandonou a obra. A Sra. Ministra está sempre no Príncipe, agradecemos, está sempre em cima das coisas, mas gostaria de saber realmente qual é o ponto da situação dessa obra, que realmente prejudica muito o funcionamento da educação do ensino básico na Região Autónoma do Príncipe.

Gostaria também de saber qual é o ponto da situação.

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, já falamos aqui também no passado da situação dos sinistrados da comunidade de Ponta do Sol. Já lá vão 4 anos. As coisas não têm sido resolvidas e sei que a empresa Total comprometeu-se em financiar o projecto, mas nós até agora não sabemos em que pé está essa situação.

E também gostaria de saber se há avanços em relação a esse projecto de construção das casas dos sinistrados de Ponta de Sol, que realmente se encontram em situação muito complicada.

Então, são essas contribuições que queria trazer e gostaria de alguns esclarecimentos por parte do governo.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Estamos no quadro da discussão na generalidade e para dizer que algumas das suas intervenções foram muito mais directas e sectoriais. Essas devem ser discutidas e colocadas aquando da discussão na especialidade. Todavia, muito obrigada pela intervenção.

Mais intervenções.

Não há mais, então chamo um membro do Governo ou o Sr. Primeiro-Ministro para responder às últimas questões, para fecharmos.

Risos gerais.

A Sra. **Presidente**: — Eu não tenho inscritos. Eu só com duas intervenções não quero chamar o governo para responder duas questões. Pelo menos cinco questões justificam chamar o governo. Não há mais. Eu não tenho aqui qualquer inscrição e assim chamo o Governo, para fecharmos.

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — *Não, não, não! Isso tem regras.*

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Bom, Sr. Primeiro-Ministro, agora sim vou entrar no Orçamento propriamente dito, como disse.

Primeiro, para felicitar o Sr. Primeiro-Ministro, porque aqui na sua intervenção, na apresentação do Orçamento, reconheceu os atrasos e justificou-os. Faça sempre bem para nós. Entretanto, disse que as condições para suportar o crescimento de 2% assentam basicamente na recuperação do sector agropecuário, no turismo, no sector de serviços. Espero ter registado bem o que disse o Sr. Primeiro-Ministro. Entretanto, com a deformação com a nossa balança de pagamento, com o desequilíbrio que temos na nossa balança de pagamento, que também complica, temos todos que reconhecer isso, não vejo nem nas GOP e nem no OGE de facto medidas directas que propiciem esses três pontos, recuperação do sector agropecuário, do turismo e do sector de serviços. Medidas indirectas temos várias, mas as medidas directas? O que é que vamos fazer de facto com o sector agropecuário? O que é que vamos fazer de facto com o turismo? O que é que vamos fazer de facto com o sector de serviços que propiciem este crescimento de 2%? Não os vejo no Orçamento.

Portanto, gostaria que nos brindasse com alguns esclarecimentos a esse respeito.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Eu aqui deste lado ouvi alguém dizer que isso tem regras. Por ter regras mesmo é que, não havendo inscrição, a gente fecha.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo aqui presente, as minhas saudações.

Também peço a palavra, por um lado, para solicitar ao Governo alguns esclarecimentos e, numa segunda perspectiva, lançar algumas eventuais propostas.

Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção inicial, disse que o Governo pretende um crescimento económico para este ano de 2.9%, uma inflação que sai de 21 para 12% em 2024 e a minha primeira pergunta directa é que, não tendo alcançado o acordo com o FMI, que garantias o Governo tem para a sustentabilidade e a credibilidade da realização dos projectos que estão cá elencados? É uma questão que me preocupa e gostava de ser esclarecido em relação a este processo. Um segundo aspecto é porque também não ouvi na sua intervenção, caso falou, retiro, como é que está a questão das energias renováveis. Sei que havia, do anterior governo, um projecto em relação a isso, mas gostava de saber em que pé está, porque sabemos que no mundo global hoje essa via que usamos, via diesel, não é sustentável e são energias caríssimas.

No quadro da juventude, sabemos hoje que temos a presidência interina da CPLP, cujo tema foi «Juventude e a Sustentabilidade», e gostava de conhecer, Sra. Ministra, o programa concreto sobre a questão de habitação e empregabilidade ao nível da juventude. Que programas concretos tem no Sector da Juventude?

Associado a isso, Sr. Ministro das Finanças, seria bom nós termos atualizado o quadro de dívidas do País, seja internas seja externas. Penso que o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD fez esse pedido e gostaríamos de ter o quadro atualizado em relação às dívidas públicas, tanto internas como externas.

Do ponto de vista macroeconómico, os riscos, Sr. Primeiro-Ministro, são enormes, para se atingir um crescimento económico que permita alcançar os mínimos de oportunidades de rendimento para a subsistência das famílias e a segurança alimentar. Que programa o Governo tem que assegure esse desenvolvimento sustentável e inclusivo? Que medidas que permitam melhorar o poder de compra das populações e resgatar a sua confiança e travar a degradação física e económica? São essas e dentre outras questões que gostaria esclarecimento em relação aos assuntos que aqui foram abordados. E por razões de tempo e tem colegas que ainda vê me esta minha primeira intervenção fica por aqui.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado Sra. Presidente da Assembleia, a qual gostaria de cumprimentar, assim como a Mesa.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe de Governo e o seu elenco, Técnicos da Comunicação Social, funcionários da Casa Parlamentar, Povo de São Tomé e Príncipe e todos os que cá trabalham, e também que seja extenso à nossa população e aos nossos compatriotas na diáspora. Também gostaria de desejar um bom ano a todos, que 2024 possa ser um ano prospero.

Eu estive a ouvir, com a devida precisão, a exposição do Sr. Primeiro-Ministro sobre as Grandes Opções do plano e o Orçamento de 2024. Como sabe, nós reconhecemos as dificuldades que existem na governação do nosso país e, neste contexto, ao nível do sector privado, porque eu entendo que em qualquer país do mundo o sector privado tem um papel fundamental no desenvolvimento do próprio país, em diversas vertentes, na sua contribuição laboral, na sua contribuição económica, fiscal. Então, eu gostaria de saber concretamente qual é o modulo que tem para incentivar esse sector privado, porque a leitura que se faz é que toda iniciativa que se pensa em fazer, sente-se apertado, sente-se muito sufocado pelas entidades estatais ou governamentais. Não se tem nenhuma almofada para poder implementar? Porque em termos da mão de obra, em termo de apoio, em termo de desenvolvimento, sente-se em toda a sua latitude essa limitação. Portanto, uma das questões que gostaria de ouvir da sua parte, Sr. Primeiro-Ministro, é: qual é o conforto, qual é o apoio que dá ao sector? Sabe-se que o sector privado tem que cumprir o seu dever, pagamento da Segurança Social, fisco e outras questões. Só para dar um exemplo: se se pensar hoje em importar qualquer equipamento, as Alfandegas sufocam, os aeroportos sufocam. Nós reconhecemos que é necessário pagar efetivamente, mas sufocam.

Ao nível do Ministério das Infra-estruturas, é outro problema que se tem. Qualquer iniciativa que se tem, é um problema. Quer-se desenvolver o sector, quer-se desenvolver o País, porque se o País estiver desenvolvido é bem para nós todos.

Quanto ao turismo, as pessoas que nos visitam representam sempre um conforto grande, porque as pessoas querem provar o nosso café, o nosso cacau, ver a nossa gente, a nossa cultura e tudo mais. E esse aspecto, Sr. Primeiro-Ministro, é uma das questões que eu gostaria de ouvir da sua parte, esse conforto, essa garantia.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: – Muito obrigada, Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

Tem a palavra o Sr. Deputado e Líder Parlamentar do ADI, José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Ministros, as minhas calorosas saudações.

Aos Ministros que vêm pela primeira vez à nossa Casa Parlamentar, participar no debate, em nome do Grupo Parlamentar do ADI, gostaria de desejar boas vindas. Esperamos que tudo lhes corra bem, porque se tudo correr bem aos Ministros e às Ministras obviamente correrá bem também a São Tomé e Príncipe.

Acompanhei muito atentamente a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro e gostaria de dizer-lhe que nós, o Grupo Parlamentar do ADI, olhamos para este Orçamento com enorme expectativa, uma vez que, na nossa opinião, com esta Proposta do Orçamento, o Governo pretende relançar bases sólidas para a recuperação económica do País.

Uma voz do ADI: — Alicerce sólido.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sim.

Aliás, o Sr. Ministro das Finanças fez aqui referência, em resposta a uma das intervenções, à questão do acordo com o Fundo Monetário Internacional. Eu gostaria de dizer às Sras. e aos Srs. Deputados e aos membros do Governo que destruir é muito mais fácil que construir. Para relembrar os colegas e a todos que nos ouvem que, quando o Governo liderado pelo Dr. Patrice Trovoadá assumiu o País, encontrou-o já sem programa. No entanto, quando deixou o Governo, deixou-o com o programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Uma voz: — A sério?

Murmúrios.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Para dizer que destruíram. E nós sabemos que o acordo com o FMI implica cumprimento de algumas bases, alguns compromissos, nesse caso, que não sendo cumprido fica sempre difícil o programa.

O Governo está a trabalhar na perspectiva de conseguir o acordo com o FMI. Nós tomamos boa nota, registamos e estamos bastante satisfeitos pelo facto de saber que há esse compromisso, há um trabalho a ser feito, para se conseguir o acordo com o FMI.

Eu tenho cá em mãos o Programa do Governo. Para dizer que o Governo continua fiel ao princípio definido no seu Programa, e obviamente nós podemos observar no Orçamento Geral do Estado, sobretudo medidas que visam a recuperação económica do País, devolver o poder de compra à população, relançar ou construir alicerces para o relançamento económico do País, nomeadamente as Infra-estruturas, que são extremamente importantes para a recuperação económica do País, e umas dessas é a questão da melhoria das condições da energia eléctrica.

Tomei uma boa nota do reconhecimento de alguns colegas Deputados de que o País, neste âmbito, conheceu melhorias. Nem sempre esses reconhecimentos aparecem, mas quando aparecem também é preciso nós tomarmos boa nota de que de facto, no que se refere a melhoria no sector energético, o País o País evoluiu bastante.

Dizer que nós vamos acompanhar a implementação dos projectos que estão cá no Orçamento Geral do Estado, vamos apoiar no que nós pudermos apoiar, porque essa é a nossa missão, também apoiar o Governo na implementação dos projectos que estão inscritos no Orçamento Geral do Estado.

Dizer aos nossos colegas, que nós estamos num espaço próprio para o debate do Orçamento, mas era bom, na minha opinião, discutirmos ideias, apresentarmos propostas concretas, e não aproveitarmos o espaço para criar crispações que não são nada abonatórias para o trabalho profícuo que nós pretendemos.

Nesta fase, esta é a minha observação.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado José António.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo:** — Muito obrigado, Sra. Presidente da Assembleia Nacional.

No quadro deste debate na generalidade, em relação à Região Autónoma do Príncipe, o que eu queria dizer é que dos números que nós temos, a fatia para a Região Autónoma do Orçamento é 3.8%. Considerando que o Orçamento cresceu 9%, o Príncipe não está prejudicado.

O que é preciso de facto e tem sido a preocupação do Governo em concertação com o Governo Regional é desbloquearmos alguns entraves que nós temos em relação à execução do investimento na Região Autónoma, que tem causas bastantes identificadas. E as causas são as dificuldades sobretudo que as empresas de construção têm em trabalhar na Região Autónoma, dificuldades essas que têm sobretudo a ver com a disponibilidade de materiais, nomeadamente a questão dos inertes.

Uma questão que se tem que resolver, porque tem causado de facto bastante atraso nas obras, para além de algumas situações pontuais de contractos que estão quase numa fase de litígio com os financiadores, que não é o Governo Central. Muitas vezes estamos a falar de financiadores, nomeadamente empresas petrolíferas, que têm *complaints*, regras e que as vezes também tem encontrado dificuldades com as empresas que encontraram para executar as obras.

Não quero referir, mas será o caso da escola, será o caso também da demora que nós encontramos com Ponta do Sol, que hoje está sob a responsabilidade de *Un-Habitat*. Mas aí não temos muita intervenção, é de facto o financiador que aí tem muito mais iniciativa e palavra.

Contudo, transferimos como investimento, no ano passado, cerca de 6 milhões de dobras, o Ministro das Finanças que me corrija, se não estou com os números certos, mas praticamente 6 milhões de dobras e uma parte era para a questão do hospital.

Eu quero voltar a firmar aqui toda a solidariedade do Governo Central com o Governo Regional e a Região, mas a problemas de facto que vamos ter que resolver, nomeadamente, é o problema dos inertes.

Sabemos que o Príncipe é uma reserva da biosfera. Pedras, areias pó de pedra, pedreira e o custo dos materiais são factores que têm penalizado a execução de obras, para além também de algumas obras que a nível nacional todos nós sabemos que foram lançadas sem financiamento, e aí cabe ao Governo resolver a questão e encontrar financiamentos. O caso da ponte sobre o Rio Papagaio, nem o contrato ainda está assinado e temos que resolver.

Mas isso coloca uma outra questão que foi abordada. É que há situações graves de urgência que temos que tomar decisões e temos que intervir. Na Região Autónoma do Príncipe, temos, por exemplo, Paço do Conselho, que é um património histórico-cultural nacional, e até posso dizer internacional. Bom, temos que intervir, porque pelo nível de degradação, amanhã seremos capazes de perder o património. Então, é preciso percebermos também e sairmos dessa cintura que nos impõem ou a que nós nos impomos a nós próprios. Se um património histórico nacional e internacional desaparece, qual é o custo, em relação à procura de fontes alternativas de financiamento para preservar o património? E essas questões têm que ser vistas, como o impacto de a Região Autónoma do Príncipe não ter mais o Paço do Conselho e o impacto de termos e preservarmos o Paço do Conselho, em termos de património histórico-cultural, em termos de turismo. Temos que avaliar, às vezes governar também e decidir. Temos que decidir.

Daí que estamos atentos à problemática do desenvolvimento, nomeadamente de infra-estruturas na Região Autónoma do Príncipe. O Ministro das infra-estruturas esteve lá ainda há algumas semanas, com essa missão de ver como é que nós podemos, em concertação com o Governo Regional, resolver essa questão.

2.9% de crescimento, estimativa para este ano. Bom, nós estamos relativamente confiantes nesse 2.9%. Porque, note bem, no ano 2023 nenhuma obra arrancou. Tivemos imensas dificuldades, como toda gente sabe, e o crescimento negativo foi de menos 0,3%. Podíamos esperar um crescimento negativo ainda pior. Quer dizer que a realidade do nosso país faz com que o efeito multiplicador de algum investimento seja muito maior que em outras paragens.

Daí que, quando nós pusemos, lado a lado, alguns projectos públicos e privados, como o projecto da Marginal, por exemplo, em que pelo menos os dois lotes estão financiados, quer dizer, Pantufo até CKdo, num valor próximo de 25, 28 milhões de euros e que irá arrancar ainda no primeiro semestre; quando nós pomos os outros projectos que temos no *Payplan*, estou a falar de projectos de infra-estruturas; quando nós pomos o projecto do Aeroporto, que é um projecto privado, mas com impacto também na economia e cujo concurso já foi finalizado; quando nós pomos a chegada dos barcos de pesca, graças ao trabalho do anterior governo, temos que reconhecer, chegarão dentro de algum tempo barcos de pesca, que também vão aumentar a capacidade de captura, pesca; quando nós finalmente retomamos as discussões com o *Kuwait Fund*, para o hospital e, graças à mesa redonda que nós realizamos em Marraqexxe, temos a possibilidade de, com 160 milhões de dólares, estudar o gap de financiamento que existe para o projecto, que fora remodelado, já não são 17 milhões, agora são 32 milhões de dólares; quando nós olhamos para isso tudo, e ainda não falando sobre o sector privado, mas o sector privado, apoiado pelo Banco Mundial, respondendo se calhar já a uma outra pergunta; quando nós sabemos que a nível das energias renováveis o IFC está muito avançado connosco no sentido de pormos 11 megawatts de energias renováveis na ilha de São Tomé, com 7 megawatts de estucagem, são as baterias, nós estamos confiantes de que atingiremos os 2.9%. Agora, não são só as obras. É também todo o ambiente de negócios.

Ao nível da agricultura, nós temos acordos com bancos privados para financiar a compra de insumos a partir do Continente Africano. Temos esses acordos, não é dinheiro público, mas eles irão financiar aquisição dos insumos do Continente Africano, que é muito mais barato que vindo da Europa.

Mas também, quando estamos a falar do crescimento económico, há os que podem parecer invisíveis, mas que permitem o crescimento económico. Quando estamos a falar da reforma da Administração, é exactamente para que a Administração não seja impeditória, digamos assim, do sector privado.

Bom, para além da concertação social, criamos uma plataforma Governo/sector privado, com a Câmara de Comércio. Nessa plataforma, foram identificados todos os estrangulamentos que o comerciante encontra no seu trabalho e o Ministro da Economia já tem preparado toda essa lista de estrangulamentos, já se encontrou com a Câmara e vamos passar à fase das medidas, leis e regulamentos que permitam de facto libertar um pouco mais essa pressão que o Deputado citou aqui sobre o sector privado. Mas o sector privado também se queixa, muitas vezes, do roubo, nomeadamente a nível agrícola. Este ano, está no Orçamento o crescimento das forças policiais, que vão passar de um pouco menos de 60 para 830, 840 homens. Isso também irá ajudar a reduzir, eu espero, o roubo. Mas também, na reforma da Justiça, procedimentos de julgamento sumário etc., para permitir que esses casos sejam resolvidos também mais

rapidamente possível, e irão ajudar também que a sociedade seja mais bem protegida dos malfeitores e rapidamente postos de lado.

Então, o que eu quero dizer é que não podemos só olhar os projectos físicos. Há também as reformas e tudo isso concorre para, com muita segurança, nós pensarmos que teremos os 2.9% de crescimento este ano. Agora, é evidente que 2.9% de crescimento não resolve por si só todo problema de emprego, não resolve toda uma série de problemas. Já está sabido que a nível da África, enquanto não se chega aos 7% de crescimento, de facto não se resolve os problemas. É por isso que, na minha intervenção, eu disse que, paulatinamente saímos de uma situação. É um progresso, não é o ideal, mas temos que caminhar. Então, os 2.9% para nós até é uma previsão conservadora.

O que eu posso dizer também a nível da Juventude, depois provavelmente veremos se a Ministra entrará em mais detalhes.

Primeiro, é verdade que temos a presença da CPLP, mas estamos a elaborar o plano dessa nossa presidência dentro de alguns dias lavrar o plano que está sobre o lema juventude e sustentabilidade, e nós com o Presidente da República, o governo, iremos depois evidentemente os estados membros, iremos avançar com o plano.

Agora, é verdade que se nós falamos da juventude, nós os primeiros temos que ter essa preocupação para com a juventude, mas eu diria que um aspecto importante ao nível do orçamento provavelmente é iniciarmos a questão dos estágios de integração dos jovens na vida profissional. É um aspecto importante, e aí eu quero chamar também atenção não olhemos só para os números.

Os nossos parceiros, muitas vezes, para nos acompanharem nas nossas políticas, têm que saber que nós que somos os mais interessados estamos que dar algum sinal. É o sinal que estamos a dar com a juventude, dizer que bem nós na juventude vamos começar a fazer e a financiar estágios de primeiro emprego integração profissional para os jovens, e esperemos que os nossos parceiros engajam-se também connosco para reforçarmos a nível financeiro porque precisamos sempre do financiamento externo.

Isso para dizer o quê? Que é a mesma nas vacinas. Nós temos que mostrar que nós somos os primeiros preocupados com as nossas crianças, e temos que as vacinar.

Por isso, o engajamento financeiro do Estado, mesmo modesto, é importante também para mandar um sinal para os nossos parceiros externos.

Daí que é verdade que Juventude e Desporto é sempre um sector difícil de mobilizar recursos, mas na medida do possível o Governo está a fazer a sua parte, no sentido de mobilizar também os outros parceiros.

Uma correcção em relação à inflacção. Na minha intervenção, falei de 21%, mas os últimos números apontam para 17%. Então, quer dizer que saímos de 25% para 17%, e aí também estamos sempre a falar de previsões, e estamos a prever 12%, mas temos que pôr metas. Nós saímos de 25% para 17%, estamos com uma meta de 12% e temos que continuar a fazer esforços para a meta de 12%.

Nós pensamos que também o facto de podermos financiar os insumos agrícolas com preços mais baratos poderá também impactar no preço final dos produtos, sabendo nós que a inflação em São Tomé e Príncipe é causado, sobretudo, pelos produtos locais.

Então, são essas medidas de política que nós pensamos em implementar, de modo a conseguirmos os objectivos. Como todos nós sabemos, é sempre uma previsão quando apresentamos esse documento aqui nesta casa.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.
Ainda temos tempo, podemos continuar.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Pedido de esclarecimento, no âmbito do artigo 102.º.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno, para um pedido de esclarecimento. Três minutos, pergunta precisa e concisa.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, portanto, ouvi-o com alguma atenção. Quando veio aqui responder, fez menção à biosfera. Quero dizer-lhe que de facto no Orçamento não percebi nenhuma dinâmica à volta desse processo, em termos também de números, mas quero dizer-lhe que nós temos uma biosfera geradora de pobreza no Príncipe. Temos uma biosfera que não tem compensação, quando é proibido extrair areia; não há compensação, quando é para desmatar, para

arranjar madeira, não há compensação para nenhum projecto. Só que essa biosfera facilita nalguns momentos, nalgumas situações financeiras. Porque quando era para desmatar 40 hectares de terra para fazerem assentamento, não era biosfera, era correcto. Mas para eu cortar uma vara, para fazer alguma coisa, aí já é biosfera. Essa biosfera geradora de pobreza não serve ao Príncipe, e nós não podemos continuar. Já disse ontem, não podemos continuar a preparar o País para quem vem. E nós que vivemos aqui? Nós somos da biosfera e somos cidadão de rua, porque não podemos construir. Somos da biosfera e não temos sonhos, porque tudo é proibido. Não existe!

Não sei quem mentalizou o Príncipe, o Governo Regional e não sei quem sobre a biosfera, que a biosfera era isso. Agora temos que definir, na minha opinião, o Sr. Primeiro-Ministro há-de convir comigo, ou a ilha toda é biosfera, tiramos as pessoas de lá, para não continuarem a ser macacos, se calhar só macacos vivem no mato, ou então definimos áreas que podem ser biosfera, para as pessoas poderem viver com alguma dignidade.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Conceição Moreno.
Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Obrigado, Sra. Presidente.

Antes de mais, cumprimentar a todos, respeitando a devida precedência protocolar, com realce para os Ministros que foram recentemente empossados, desejando-lhes êxitos nas suas nobres missões que juraram ao País.

Indo directamente à minha intervenção, dizer que tenho o privilegio de ser jurista de formação, advogado de profissão, mesmo com exercício suspenso por causa da deputação, mas a matéria que nós discutimos hoje é uma matéria de curso de Direito, todos que estudaram Direito sabem, finanças públicas, Orçamento Geral do Estado, e também tenho o privilégio de ter trabalhado 10 anos em várias funções no Ministério das Finanças, e também na Direcção dos Impostos. Isso me dá um a vontade para dizer algumas coisas que venho aqui hoje dizer, mas antes dizer ao Governo que, em Maio, quando se discutiu o Orçamento Geral do Estado de 2023, nós do Movimento BASTA apresentamos propostas concretas, algumas propostas que achamos que deveriam ser implementadas para mitigar a situação económica e financeira do País. E recorde-me, na altura, que o Sr. Primeiro-Ministro, quando usou da palavra, fez menção a algumas dessas propostas. Isso para dizer que o BASTA é um partido pequeno, novo, apenas com 2 Deputados, mas faz uma oposição construtiva. Mas de lá para cá, desde Maio, estamos em Fevereiro, nós não sentimos e não verificamos nenhuma dessas propostas que nós apresentamos a ter impacto na melhoria das condições de vida da população.

Cingimos a nossa proposta num sector primário que é tutelado pelo Ministro, acho que está aqui presente, e dissemos aquilo que achávamos que o País deveria fazer para mitigar o custo de vida, os preços dos produtos, principalmente aquilo que é a base da nossa alimentação, que são os nossos produtos agrícolas.

Também exortámos as bancadas parlamentares, concretamente a Bancada do ADI, por causa de uma iniciativa que já foi até promulgada por Sua Excelência o Sr. Presidente da República, que poderia ajudar, dentre outras propostas que apresentamos.

É possível que as medidas estejam a ser tomadas, não sabemos, não estamos na governação e nem somos o partido que suporta o Governo. Se estão a ser tomadas as medidas para ajudar a população que mais sofre, a mais sofrida, mais carenciada, então que as abreviem, para que a população possa ter melhores condições nos próximos tempos.

O Orçamento, como todos sabem e já foi aqui várias vezes dito, é uma previsão e, pior, é uma previsão, no nosso caso concreto, de receitas que grandes partes delas não são nossas, não vêm do nosso suor, do nosso trabalho. Há algum esforço interno, é verdade, mas o nosso Orçamento é suportado por parceiros multilaterais e bilaterais.

Vão reparar nisso quando chegarmos à discussão na especialidade, obviamente é prática, todos os Deputados pedem estrada na sua zona, escola no seu distrito, campo de bola, água, pedem tudo e é normal, porque são representantes do povo, o povo nos pressiona para virmos aqui pedir o Governo para fazer, mas a pergunta que não se cala é, esse dinheiro vem de onde? *Jêlu dê bô?* Essa que é a grande questão. Por isso, o que acho que devemos todos entender e tenho, não é de hoje, já há alguns anos a essa parte, pedido para trabalharmos mais, produzirmos mais. Temos que nos unir, independentemente dos

partidos, das divergências, das ideologias. Temos que nos pôr de acordo sobre alguns projectos estruturantes para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Se não, não temos hipóteses! E não é demagogia o que estou aqui a dizer, nem Filosofia. É sincero e vem dentro de mim. Não temos hipóteses! Isso também não é possível neste clima em que vivemos. Não é possível! Este clima é doentio, não nos faz bem, enquanto país, enquanto povo. Temos que ultrapassar isso!

Ontem, lancei aqui um repto, não acredito que seja agora, porque o clima não nos permite sentarmos todos e nos pormos de acordo, mas quero que pensemos todos, depois deste Governo, depois deste regime, depois deste momento, o que iremos encontrar neste país, como iremos ultrapassar.

O próximo governo que receber este país, os próximos governantes, vão ter uma tarefa titânica. Não é se a oposição ganha as eleições ou se o povo vai reconduzir o poder. Não há hipótese nenhuma! Toda gente terá que se sentar, vamos fazer as reformas.

Alguém que me dê 1 ou 2 minutos, para eu apresentar as reformas que acho que o País precisa.

Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada. É bom que o povo que nos está a escutar entenda que o Governo deu ao Movimento Basta e ao Deputado Levy Nazaré 2 minutos.

Risos gerais

Uma voz: — Só 1?

Risos.

Ham, percebi 2, mas aumentou para 2 minutos.

Espero que não digam, com este gesto, que Levy Nazaré já está comprado, vai voltar à casa. Espero que não venham dizer isso.

Mas precisamos de reforma, principalmente no Sector da Justiça. E não é essa reforma de alterar leis, e muitas vezes com intenções que quem percebe daquilo nota que são intenções pequenas, de tendências. Não! Precisamos de reformas de facto no Sector da Justiça, envolvendo as duas magistraturas e todos os pilares da Justiça, porque sem a Justiça credível e patriota não teremos desenvolvimento. E, por favor, soberania, sim, mas vamos pedir dinheiro. Então, não somos tão soberanos assim como dizemos todos os dias.

Tragam magistrados estrangeiros para nos ajudar, pelo menos numa primeira fase.

Não tenho muito tempo, por isso a justiça fica por aqui.

Outra grande reforma que o País vai precisar é a reforma nas Forças Armadas. Não é só por causa daquilo que aconteceu em 25 de Novembro. Não! Temos que transformar as nossas Forças numa força compatível com o desenvolvimento que o País precisa. Se é para mandar algumas pessoas para casa, manda-se. Se é para indemnizar algumas chefias, indemniza-se e dá-se-lhes salários até à morte, mas fazer reforma naquela Força Armada e transformá-la numa força para servir o desenvolvimento que o País precisa.

É preciso uma reforma da terra. Sim, é preciso, mas com convicção e com o envolvimento de todos. Terras improdutivas têm que passar a ser terras produtivas. Se for para tirar Levy Nazaré terra, que se tire, se ele não está a trabalhar. Mas as terras têm que passar a ser produtivas.

Com essas reformas da Justiça, das Forças Armadas, da terra, acredito que depois as outras serão um pouco mais fáceis, com a ajuda dos parceiros. A reforma da Administração Pública, do sector público, com toda essa barriga cheia de gente que não produz, nem todos, salvo alma que não merece, mas essa nossa Administração é só despesas e pouca produtividade.

Então, é preciso coragem, mas para isso não pode ser um governo com oposição contra, não dá. Esse ou outro qualquer.

O Presidente da República é chamado a ajudar-nos a conduzir todo esse processo e obviamente acredito nos nossos parceiros. Acredito que se apresentarmos um plano de desenvolvimento, toda a Nação junta, assentada numa mesa, haverá apoio da comunidade internacional, quer os parceiros bilaterais, quer os multilaterais, para ajudar-nos nesse plano de desenvolvimento, e todo o Governo que vier seguirá esse plano.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Mais uma vez, muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro por me conceder esses 2 minutos.

A Sra. **Presidente**: — obrigada, Sr. Deputado Levy.

Não há inscritos.

A Conferência de Líderes fixou o tempo do debate e fixou também o tempo para o intervalo, às 13 horas. Gostaria de solicitar a esta Assembleia se faz sentido fazermos um intervalo e depois regressarmos, ou corríamos mais 1 hora ou coisa assim, depois suspenderíamos.

Vamos continuar?

Ruídos.

Vou pedir a anuência dos Líderes, se suspendemos ou não.

Srs. Líderes, pronunciem-se, por favor.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, o meu Grupo Parlamentar concorda que estiquemos o trabalho por mais uma hora, uma hora e bocado, depois fechamos em definitivo.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, o meu receio está nessa «mais coisa, menos coisa». Dizia no início que se decidíssemos 60 minutos, seriam 60 minutos, porque se cada um usar o seu tempo, o ADI tem 100 minutos ainda, o Governo tem 77 minutos, o MLSTP/PSD tem 42 minutos. Vamos somar isso, para ver se dá os tais 60 minutos.

Murmúrios.

Por isso que estou a dizer, se for para ficarmos aqui mais 60 minutos, ok. Temos que nos pôr de acordo. Se assim for, ok, também estamos de acordo, mais 60 minutos, ok.

A Sra. **Presidente**: — Então, a questão passa a ser colocada da seguinte maneira: quando forem 14 horas e 30 minutos, suspendemos para amanhã.

Murmúrios.

Com ou sem tempo terminamos às 14 horas. Combinado? Então, vamos continuar até às 14 horas. Tem palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados, Comunicação Social, Técnicos da Assembleia, boa tarde.

Aproveito também para desejar aos novos membros do Governo toda a boa sorte nesta nova empreitada.

Venho aqui fazer umas considerações gerais e naturalmente deixar algumas propostas concretas.

Primeiro, para dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que gostamos de tê-lo cá na Assembleia Nacional, o Governo também. Gostaríamos que viesse mais vezes, sintá-se em casa, fique à vontade que ninguém lhe vai fazer mal, ninguém lhe quer fazer mal. Pelo contrário, gostamos que o senhor e o Governo venham cá, para democraticamente debatermos os grandes assuntos do País, trocarmos ideias e também apresentarmos algumas propostas, para que eventualmente possamos ajudar o Governo nessa árdua tarefa de levar São Tomé e Príncipe avante.

Entrando no Orçamento, escutei atentamente a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, aliás temos acompanhado este processo todo desde há 15 meses, quando o Governo tomou posse, este é o segundo Orçamento, embora com atraso que já foi aqui referido e justificado. Sinceramente, creio que nesta altura, 15 meses de governação, segundo Orçamento, achamos de deveria estar virado mais para as tais soluções que prometeu, virado mais para o futuro e não continuamente a justificar-se com o passado. Passado é passado, todo nós tivemos passado, todos os governos também receberam heranças pesadas dos governos anteriores e tiveram que arrear caminho e encontrar soluções, nomeadamente essa questão de negociação com o FMI. Também tivemos esse problema, tivemos que negociar um novo programa, facilidade de crédito alargado. Entramos em Dezembro de 2018, só em Outubro de 2019 conseguimos

fechar o programa. Portanto, não é novidade, não é coisa nova. Todos os governos vão passar por isso, até porque o programa é trienal.

E aqui também ficou expressa a necessidade de que estamos num contexto de crise nacional e internacional, teríamos que apertar os cintos, porque a coisa não está bem, não há financiamento, não há dinheiro a vontade. Mesmo com a implementação do IVA, as receitas não cobrem sequer a parte das despesas correntes, nomeadamente o salário. E também nesse aspecto achamos que o Governo deveria dar um sinal nesta Proposta de Orçamento, sobretudo no que tange ao corte daquilo que chamamos de massa gorda do Estado, as despesas supérfluas, que é possível cortar, sim senhor.

Pelo contrário, o que verificamos é que as despesas com pessoal aumentaram, as despesas de funcionamento aumentaram, aliás desde a composição do Governo, mais ministros, mais direcções, mais direcções-gerais, o quadro de pessoal também está maior. Entendemos e congratulamos com a ideia de colocar no OGE. A questão de subsídios de férias está na Lei, Código de Trabalho desde 2019, ainda não foi implementada. Compreendemos a questão das horas extras, porque aqui é entendida com uma espécie de suplemento salarial para complementar a parte salarial daqueles que ganham menos, mas há outras despesas que creio que poderiam ser esquematizadas de forma a sobrar alguma coisa, sobretudo as receitas internas, para ser canalizada para o Programa de Investimento Público.

E trago aqui alguns exemplos. Perdi tempo a fazer contas, por alto, e trago aqui alguns exemplos que vêm reflectir esta questão que estou aqui a falar e proposta concreta, naturalmente.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, sobretudo, que é o homem das contas, dos números, quanto à verba adoptada para parte dos bilhetes de passagem e subsídios de viagem, contabilizei o quadro geral e, no caso dos órgãos autónomos, Região Autónoma, Câmaras, institutos, agência, Assembleia, Presidência, Tribunais, como não vem quantificada essa despesa, calculei a um rácio de 5%, que é mais ou menos o geral, embora em alguns casos é mais do que 5%, e cheguei à seguinte conclusão: bilhetes de viagem mais subsídio de viagem, total 29 biliões de dobrás. Dá mais ou menos 1.2 milhões de euros. A dotação de bilhete para subsídios de viagem de todo o OGE, incluindo os órgãos autónomos.

Gastos com comunicação, 21 biliões de dobrás, mais ou menos 900 000 euros.

Murmúrios.

Vozes do ADI: — Mil milhões.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Bi. Mil milhões. Biliões é uma maneira de dizer.

Vozes do ADI: — Não, não.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Pronto, mil milhões. Trago o valor em euros, para o povo ter noção.

Combustíveis e lubrificantes, 52 mil milhões de dobrás. Total dessas despesas, volto a dizer, bilhetes de passagem e subsídios de viagem, comunicação, combustível e lubrificantes, 102 mil milhões de dobrás. E aqui na parte de bilhetes de passagem e subsídios de viagem, não contabilizei a rubrica formação e capacitação, que sabemos também que normalmente é canalizada para viagens. Ficou de fora. Então, estamos a falar de 102 mil milhões de dobrás.

Meus senhores, lembro-me que, de algum tempo para cá, até foi um deputado do ADI que disse que em tempo de crise temos que agir em conformidade e propôs, na altura, que se deveria criar aqui um mecanismo para reduzir as viagens, porque muitas delas são inúteis e servem apenas para passear. Ficamos à espera que aquele deputado tivesse a coragem de avançar com uma iniciativa legislativa neste sentido, mas parou, não sei porquê. E o MLSTP/PSD naturalmente não avançou, porque sabia que se a maioria não concordasse era um nado morto, não valia a pena irmos por este caminho. Mas já que estamos em sede do OGE que vai completar este ano económico, a minha pergunta é a seguinte: por que é que não assumimos que muitas dessas despesas são inúteis e exageradas, volto a dizer, 102 mil milhões de dobrás para combustível, viagem e comunicação? A comunicação então? Hoje com o *WhatsApp*, redes sociais, não sei porque temos que gastar tanto. No caso de combustíveis, naturalmente há casos que são necessários: forças policiais, bombeiros, Saúde, tudo bem, mas se aplicássemos um corte recto de 50% a essas despesas todas, é proposta, os senhores podem aprovar ou não, o Governo pode aceitar ou não, é minha proposta, de um total de 102 mil milhões de dobrás, ficaríamos com 51 mil milhões de dobrás, o que

daria mais ou menos €2.050.000,00 (dois milhões e cinquenta mil euros). Os senhores podem dizer que isso não é nada, não é nada, mas acho que esta verba aplicada na parte do PIP, que é sustentado pelo Tesouro, se calhar já tinha algum efeito. Dava para comprar alguns medicamentos, se calhar construir algumas salas de aula, campo de futebol, comprar uma ou outra ambulância, eventualmente.

Portanto, esta é a constatação que faço e volto a dizer, já que estamos em crise, vamos tomar medidas consequentes, para sermos coerentes no discurso e na acção.

Portanto, fica aqui registada a minha proposta: cortar em 50% a dotação orçamental para bilhetes, subsídios de viagem, comunicação, combustível e lubrificantes.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Edmilson Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — Sa. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Srs. Ministros, Sras. Ministras, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social.

Acho que as Sras. e os Srs. Deputados seguiram o meu apelo de ontem, para que centrássemos a nossa discussão do Orçamento naquilo que realmente impacta a vida do povo.

Há um ano, durante o debate orçamental, a oposição elegeu como o seu principal argumento, para contradizer a proposta do OGE apresentada, a acusação de que não passava de um *copy paste*, de um *copier-coller*, de um banal plágio, que não continha medidas para resolver o problema do povo e que o Governo falava de um país irreal. Amarrado à sua convicção de fazer política, o Governo e os Deputados que o apoiam parlamentarmente não hesitaram e tentaram demover a oposição da sua posição, apesar de estarem visíveis as diferenças entre uma e outra proposta. Desde de logo, porque as duas tinham fontes e inspiração distintas. O anterior provinha de uma amálgama de partidos políticos,...

Vozes: — Oh.

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — ... sem uma única visão coerente, enquanto o segundo provinha de um partido reformista assente numa liderança forte, com uma visão progressista, aberta ao mundo, mas com os olhos postos no povo pequeno, aqueles que mais sofrem.

Em vão insistimos que o Orçamento realmente previa medidas para mudar o País, recuperar a sua economia e melhorar a vida do seu povo. De nada valeu! A oposição persistiu na sua visão e críticas. E eis que passado 1 ano, após vários apelos e, se calhar, porque a oposição constatou o seu comportamento, a sua postura e os factos se encarregaram de derrubar esses argumentos, hoje a oposição adopta uma outra postura. Dessa vez, disfarçadamente a oposição tenta mostrar algum interesse pelos assuntos que impactam a vida do povo.

Vozes do ADI: — Avança.

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — Vou avançar.

As pensões de reformas daqueles que menos recebiam foram melhoradas. Neste momento em que falo posso garantir-vos que a situação do fornecimento da energia eléctrica melhorou.

Aplausos do ADI.

Vozes do ADI: — Muito bem.

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — O arroz do Japão voltou a ser comercializado a 15 dobras o quilo. A inflação, como proferiu aqui o Primeiro-Ministro, que os senhores levaram a 25%, retirando aos cidadãos o seu já magro poder de compra, baixou para 17%.

Aplausos do ADI.

Isso mostra que de facto o orçamento anterior continha medidas para melhorar a vida do povo.

Enquanto fazia alusão aos argumentos esgrimidos pela oposição no debate do ano passado, ouvi alguns ruídos da Bancada do MLSTP/PSD. Se calhar, acham que esta minha postura pode apresentar-se

inconveniente, pode apresentar-se absolutamente desnecessária, mas é importante. É importante para que possamos perceber o alcance e o sentido das críticas e do comportamento do MLSTP/PSD.

Neste debate do Orçamento, ...

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Orçamento é isso?

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — Sr. Deputado José Maria Barros, quando quiser fazer uso da palavra, venha a este Púlpito e fale. Não aceito que enquanto esteja no uso da palavra os senhores fiquem lá a falar, falar, porque cada um tem...

Risos e aplausos do ADI.

... o seu argumento e a sua forma de pensar. Estou, dentro do limite das minhas capacidades, a prestar um serviço que eu acho que eu devo prestar à Nação.

Uma voz do ADI: — Muito bem.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — Este ano os senhores, disfarçadamente, tentam reduzir a discussão deste Orçamento às viagens do Primeiro-Ministro e à falta de acordo com o FMI. De forma disfarçada, falaram de viagens, sim...

Uma voz do ADI: — Da vez passada, falaram sim. Falaram, sim.

Uma voz do ADI: — Wuando né?

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — ... a intervenção anterior à minha.

Uma voz do ADI: — *Não fala nome de gente.* É disco pedido. É para quem já sabe.

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — Meus senhores, como um disco aranhado, a oposição tenta servir-nos a mesma ladainha.

Aplausos do ADI.

... para a oposição, eu sei que é esse o vosso sentimento, as viagens do Primeiro-Ministro e a falta de acordo com o FMI significam não execução orçamental, pois acham que o Governo não terá recursos para suporta as despesas inscritas no Orçamento Geral do Estado. Mas eu queria deixar aqui bem afincado que, no ano 2023, não só o Primeiro-Ministro viajou, como o País inteiro viajou. E nós não tínhamos acordo com o FMI. O FMI é muito importante, mas tudo não pode ser FMI. A intervenção do Estado é muito importante, mas tudo não pode ser o Estado.

Por isso é que eu congratulo com algumas intervenções aqui neste Parlamento, que fizeram alusão ao sector privado, porque eu acho que nós temos que olhar para experiências de outros países, temos que criar um ecossistema susceptível de atrair o sector privado, tanto nacional como internacional, para fazer as coisas que o capital público não consegue fazer.

A Marginal, como referiu aqui o Sr. Primeiro-Ministro, irá arrancar em Março, mas isto não é fruto do acaso.

Uma voz do ADI: — *Primeiro semestre.*

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — O Sr. Primeiro-Ministro esteve em Holanda com o seu homólogo e o governo Holandês financiou 50% dessas obras. Eu estou em crer que a ponte de Lembá também será executada este ano, portanto, a estrada do Sul também reparada.

Mas por que razão a oposição tenta reduzir este debate, de forma um pouco sínica, às viagens do Primeiro-Ministro e à falta de acordo com o FMI? A resposta é muito simples, mas antes de ir à resposta eu quero partilhar convosco uma reflexão que eu tive a bocado. Se o Primeiro-Ministro sentasse no seu Gabinete, contemplando a Baía de Ana Chaves, Portugal teria doado a São Tomé e Príncipe 15 milhões de euros?

Vozes do ADI: — Não.

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — Sem o acordo com o FMI, o Banco Mundial teria dado uma assistência de 225 milhões de dólares norte-americanos?

O BADEA teria anunciado uma ajuda de 100 milhões de dólares? O BAD teria anunciado uma ajuda de quase 50 milhões de dólares. Nós teríamos hoje a energia mais ao menos estabilizada? Nós teríamos hoje a carteira dos projectos privados, que o Sr. Primeiro-Ministro aqui elencou, prestes a arrancar?

Muito bem! Nada disto é fruto do acaso. É trabalho pensado e bem executado. E apetece-me perguntar agora: por que é que essas coisas não aconteceram antes, com o Governo do MLSTP/PSD, de Jorge Bom Jesus e outros? Essas coisas não caem do céu. Aliás, aqui em São Tomé e Príncipe a única coisa que cai do céu é a chuva, e já não é pouca.

Então, vamos voltar à grande questão: porquê?

A oposição quer reduzir este debate às viagens do Primeiro-Ministro e à falta de acordo com o FMI, porque não quer discutir a estabilização da energia eléctrica.

A oposição não quer discutir a isenção ou a redução das taxas aduaneiras na importação dos produtos da cesta básica.

A oposição não quer discutir a inflação, a redução do rácio da dívida pública.

A oposição não quer discutir a isenção de taxas aduaneiras na importação de medicamentos.

Meus senhores, eu fiz esse pequeno aparte, mas gostaria de facto de exortar que temos que centrar a nossa discussão do Orçamento Geral do Estado naquilo que ele realmente é, um instrumento de políticas económicas, de opções estratégicas, para o Governo conseguir prosseguir o seu objectivo de melhorar o poder de compra das famílias, combater o desemprego, reduzir o custo de vida e a desigualdade social, protegendo assim o futuro e a juventude.

Não tendo mais tempo, eu para o por aqui.

Obrigado.

A Sra. **Presidente** : — Muito obrigada Sr. Deputado Edmilson Neves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Colegas Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Distintos Ministros do Governo, Técnicos da Assembleia, muito boa tarde.

A minha intervenção em relação ao Orçamento, naturalmente na generalidade, é que, nos projectos inscritos para o Ministério das Infra-estruturas, fiquei com a impressão de que não há projectos novos. Pareceu-me um *copier-coller*. Diferentemente daquilo que disse o meu antecessor, não há projectos novos. Isso é bastante preocupante, na medida em que nós sabemos que o Sector de Infra-estruturas é o sector que mexe com a melhoria de vida da população, quanto ao emprego e mesmo quanto a circulação de bens e materiais. Portanto, pareceu-me não haver projectos novos e muito menos para os arruamentos da cidade capital, que são muitos. Não descortinei qualquer projecto que pudesse melhorar a circulação na cidade capital. Portanto, eu gostaria de saber o porquê da não inclusão desses projectos. Pude perceber também que os valores não estão actualizados. Se já eram projectos que transitaram do ano 2023 para o ano 2024, eu acho que deveria haver alguma actualização dos valores. O que significa que provavelmente esses projectos não arrancarão, ou provavelmente haverá um aditamento a esses orçamentos.

Em relação ao GIME, um dos projectos que já falei outrora, um dos melhores projectos de São Tomé e Príncipe, porque aglomera recursos humanos muitos avultados, melhor dizendo, toda a população de São Tomé e Príncipe, o montante alocado é totalmente insignificante, e refiro-me a dois momentos. Um momento que é aquilo que o Governo tem em dívida para com o GIME. Não percebi neste montante qualquer pagamento da dívida, não é suficiente.

Mais ainda, sobre a continuidade deste projecto, eu não entendo como é que um projecto que é, na óptica internacional, um dos melhores da África Ocidental e, consequentemente, o melhor de São Tomé e

Príncipe, porque melhora duas coisas de uma vez só, as infra-estruturas rodoviárias e as condições de vida da população, porque é um projecto que dá algum subsídio ao povo de São Tomé, não encontra continuidade nem suficiência de verba para colmatar esses problemas da população.

Diferentemente daquilo que disse o nosso Deputado, é um copier-coller e precisamos melhorar este projecto.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Barros.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, eu gostaria de, mais uma vez, relembrar a todos os Deputados que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado foi analisado por todas as Comissões, isto é, 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a Comissões. E os pareceres alertam o Governo no sentido de continuar as negociações com o FMI. Todos nós chegamos a um consenso de que de facto é uma necessidade para o Governo chegar ao acordo com o FMI. Não sei porquê o meu colega e amigo, o Deputado mais novo, diz que isso é uma política da oposição. Não é isso! O senhor sabe perfeitamente que na 2.^a Comissão nós trabalhamos. Aí não se vê o partido. Aliás, temos colegas da 2.^a Comissão que podem confirmar isso. Nós do MLSTP/PSD estamos aí para contribuir.

Eu faço minhas as palavras do Deputado Levy: podemos dar muito mais, se de facto nós, os políticos, contribuirmos para paz. Temos que pacificar este país.

Meu caríssimo, fala o José Maria Barros.

Eu acompanhei atentamente a explicação do Sr. Primeiro-Ministro, em termos de alguns indicadores económicos. Não vou entrar em detalhes, em termos de indicadores económicos, mas eu vou destacar pelo menos três indicadores. Em 2022, tivemos como receitas totais de 3.491.000,00 (três mil milhões, quatrocentos e noventa e um milhões de dobras). Em 2023, tivemos 3.969.000,00 (três mil milhões, novecentos e sessenta e nove milhões de dobras). Se formos ver para despesas de investimento, em 2022, temos 1.395.000,00 (mil milhões, trezentos e noventa e cinco milhões de dobras). Em 2023, temos 1.073.000,00 (mil milhões, setenta e três milhões de dobras). Isto quer dizer que em 2022 tivemos menos receita e mais investimos. E em 2022,...

Vozes do ADI: — 2023.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): —... voltando para outro indicador, temos PIB, 0,1%, em 2023, temos menos 0,3%. Por isso, Sr. Presidente, eu respeito a sua previsão...

Vozes do ADI: — Ainda não é Presidente.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro ...

Risos do ADI.

Murmúrios.

Sr. Primeiro-Ministro, eu respeito as suas previsões, o senhor diz que são provisões conservadoras, mas para um país como o nosso, não é preciso entender muito de economia, com tantas dificuldades que temos, dizer que nós vamos conseguir, em 2029, 2,9%, sair de menos 0,3, 2,9%, em 2024, ...

Murmúrios.

...são mesmo projecções ambiciosas, não conservadoras.

E eu gostaria também de responder ao Deputado mais novo ...

Vozes do ADI: — *Não responde.*

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Por que não? É preciso que o povo saiba.

Primeiro, o acordo com Portugal de 15 milhões de dólares começou com o governo cessante.

Vozes do ADI: — *Oh! Kêi! Kê Kuâ?*

Segundo, até hoje nós não sabemos como é que foram utilizados os 15 milhões de euros. Pelo menos dos 12 milhões da COVID-19 que os senhores falam todos os dias temos o relatório de auditoria.

Obrigado.

Vozes do ADI: — *Oh. Mais um caso.*

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado José Maria Barros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, boa tarde.

Sendo a minha primeira intervenção, também gostaria de desejar aos novos membros do Governo sucessos nas missões que acabaram de assumir.

Sr. Primeiro-Ministro, eu tenho estado a acompanhar este debate, tenho estado a acompanhar, de vez em quando, algumas brincadeiras, mas há um país que não pode continuar a brincar. Por isso, quando eu vejo brincadeiras com coisas sérias como o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano, eu fico preocupado. Porque estamos com um país e um país com muitos problemas.

Sr. Primeiro-Ministro, já há algum tempo vem sendo anunciado os vários parceiros e falam-se de muito dinheiro, valores muito exorbitantes, mas há uma minha preocupação, e neste quadro eu gostaria que me explicasse se os apoios do Banco Mundial, do BAD, todos esses apoios que são anunciados vão avançar mesmo sem nós avançarmos com o programa com o FMI. Esta é a minha dúvida. Portanto, estão anunciados esses valores, havendo ou não havendo acordo, avançaremos na mesma? Esses parceiros vão colocar à nossa disposição os valores para esses projectos ou não colocarão? Portanto, esta é a minha primeira questão.

Mas há uma outra coisa também que muitas vezes nós batemos muito, que é a questão das reservas externas do País, e a minha pergunta é esta: de onde é que vêm e para onde é que vão as reservas financeiras? Nós temos um país que não produz divisas. São Tomé e Príncipe não produz divisas. Logicamente, se nós não produzimos divisas, nós não produzimos aquilo que são as reservas financeiras externas do nosso país. Temos um país cuja produção ronda qualquer coisa como mais ou menos 10 milhões de dólares e nós importamos qualquer coisa como 120 milhões, por ano. Portanto, é para isto que nós temos que olhar e vermos como é que nós, este pequeno país que vive sob um grande constrangimento externo, um país que não produz o suficiente para a sua sobrevivência enquanto Nação, como é que nós vamos fazer face a isto. Neste momento as reservas aquilo que nos dizem estão no vermelho, como é que nos vamos fazer isto.

Falou-se também da questão com o Afreximbank. Sr. Primeiro-Ministro, eu continuo com dúvidas quanto a este processo. Vamos imaginar que voltemos a ter um problema de importação do combustível, porque isso é que nos interessa reflectir, como é que vai ser? O que é que o País vai fazer? Vamos recorrer novamente a uma situação desse género, para depois pagar juros superiores a 1.700 milhões de euros? É esta a nossa saída? Nós vamos continuar nisto?

Portanto, é isso que eu acho que, no quadro do Orçamento Geral do Estado, todos nós, e com algumas seriedade, devemos ver, mas de vez em quando nos distraímos, um país real. E esse país real é isto que estou a descrever. Este é o país real que se chama São Tomé e Príncipe.

Portanto, eu gostaria que me ajudassem a entender, porque falamos muito da questão das reservas externas. Fica a impressão de que a reserva externa é qualquer coisa que nós produzimos. Nós não produzimos e muitas vezes as divisas entram e saem, porque nós somos um país muito dependente do exterior. Somos um país que importa praticamente tudo e é claro que o dinheiro entra e sai. Então, é preciso sabermos e é bom que neste quadro discutamos um pouco como é que o País vai sair disto, porque o País esta praticamente estrangulado.

E aqui eu quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o Sr. Deputado Levy Nazaré, não está na Sala, pela maneira como ele coloca a questão. Srs. Deputados, que fique claro também uma coisa, eu sou Deputado da oposição, mas eu não vou bater palmas porque as coisa correm mal ao Governo. Não. Se as coisas correrem bem, é bem para São Tomé e Príncipe.

Vozes do ADI: — *Mentira.*

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Agora, bater palmas, porque aquilo está a correr mal, porque as coisas vão correr necessariamente mal! Porquê?

A nossa dependência externa é muito grande e é para isso que eu acho que nós devemos olhar, e sabermos todos qual será a melhor saída para este pequeno país isolado no meio do oceano.

Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Raúl Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Muito obrigado, Sra. Presidente da Assembleia Nacional.

Para relaxar um bocadinho o ambiente, eu quero dizer que, seguindo um episódio diferente do Deputado Levy, eu fui também à casa de banho, desta vez não fui à casa de banho emprestada, fui à casa de banho dos Deputados, e esta está perfeita, em bom estado, e é um avanço. Por isso, não é tudo que é negativo.

Aplausos do ADI.

Então, não vamos ficar só no pessimismo, não vamos ficar nos ataques. Há coisas boas que vão acontecendo.

Eu penso que se há um mau clima, não se deve esperar, deve-se discutir. Não é preciso esperar. Se há mau clima, que se fale. Porque não podemos com todos os problemas que o País tem e ainda por cima estarmos com um mau clima aqui.

É preciso que todos estejamos empenhados com as reformas. Há bocado escapou-me uma coisa que foi falado no Programa Nacional de Ordenamento Territorial e é fundamental, porque se falou aqui de planeamento, etc., mas é fundamental e isso vai ser em grande parte o trabalho das Sras. e dos Srs. Deputados. Que se possa adoptar todas as leis que têm a ver com o Programa Nacional de Ordenamento Territorial, que eu penso que é um programa consensual e que vai ajudar a melhor planearmos o País e a produzirmos outras leis também no nosso país.

A reforma da Justiça tem sido uma reforma inclusiva, os magistrados têm participado, mas diga-se de passagem também que a política de justiça é da responsabilidade do Governo e, por conseguinte, na base de um programa, o Governo, à dada altura, também terá que mostrar, em concertação com todos os actores da Justiça, qual é a orientação que tem, e aplicar em função do mandato que recebeu. Mas tem sido inclusivo e nós temos desdobrado esforços, porque todas as reformas também precisam de financiamento, estamos a trabalhar nesse sentido.

No que diz respeito também à Justiça, em geral, também tem estado a apoiar a sociedade civil e vamos criar a comissão dos direitos humanos, que será uma comissão completamente independente, e já estamos no processo de financiamento. Mas temos consciência de que, no que diz respeito à Justiça, temos que ter mais profissionais na Justiça, mais juízes, mais procuradores e, necessariamente, em vários sectores, mais pessoas. É por isso que o Governo já fez o recenseamento dos funcionários públicos e vamos cruzar essa informação com o Orçamento, para vermos se de facto conseguimos uma situação muito mais real, no que diz respeito aos funcionários que nós temos no País, porque eu estou convencido de que muitos fantasmas estão a consumir recursos públicos. Isso quer dizer o quê? Quer dizer que, paulatinamente, há uma série de problemas que temos que resolver, e para os resolver temos que conhecer os problemas e temos também que conhecer os números. Eu tenho muito receio, quando se fala de cortes, cortes e não se vê os números. Por isso, passou um deputado aqui, acho que foi o Deputado Wando Castro, que estava a falar de milhares de milhões. Ora, o nosso Orçamento é de 4 mil milhões. Por isso, os números que apresentou aqui são números incorrectos. É preciso de facto termos cuidado, porque de facto são números que assustam e as pessoas normalmente vão ter a reacção de que é preciso cortar. Então, vamos ter um pouco mais de cuidado, quando falamos de números.

O que é verdade é que a massa salarial é importante, como eu frisei. E a massa salarial é o quê? São famílias são-tomenses também. E a massa salarial cresceu também devido à regularização de uma série de situações. Nas Forças de Defesa e Segurança, muitos oficiais superiores tinham sido promovidos sem que se lhes pagasse os salários correspondentes, e isso foi corrigido. E desde 2013 nós vimos sendo confrontados com o problema das carreiras, sobretudo na Saúde e na Educação. Isso também foi corrigido. Daí que é verdade que isso reduz o investimento, mas é também verdade que havia situações de injustiça

com trabalhadores, que tínhamos também que resolver. Então, a opção foi de regularizar uma série de situações e como o dinheiro não é elástico e extensível ao infinito, reduziu a parte do investimento. Mas esse dinheiro é pago em salários a pessoas que vão consumir e que vão contribuir de uma maneira ou de outra para a economia. Se de facto o orçamento das passagens ou das viagens é elevado, isso também não é segredo para ninguém. Eu acho que ao nível internacional e ao nível nacional as pessoas sabem, porque muita gente viaja e as pessoas sabem qual é o preço das passagens. Não é que se vai viajar mais, mas devido a um aumento de quase 100% do custo das viagens, isso reflete realmente também no aumento da locação financeira para as viagens.

Eu quero dizer também que quanto às previsões, é preciso também termos algum consenso. As previsões não saem da cabeça dos membros do Governo. Elas saem do Instituto Nacional de Estatística, saem da Direção de Estudos do Banco Central e, por isso, temos que dar algum crédito também aos números. Trata-se de previsões, sim, mas são previsões que são preparadas com objetividade e com técnica por técnicos que são os mesmos técnicos que fazem as previsões para todos os orçamentos, para todos os governos. Então, vamos dar crédito aos números e vamos ver se, na implementação, na execução, aproximamos o mais possível das previsões.

Nas infra-estruturas, de facto, não há muitos projectos novos, e digo isso tranquilamente. Estamos de acordo. Mas porquê? A estrada de Porto Alegre não tinha financiamento; o Liceu de Caué não tinha financiamento; Bôbô-Fôrro a Madalena não tinha financiamento; Lucumi não tem financiamento; Liceu de Praia Gambôa não tinha financiamento; Almeirim a Madre de Deus não tinha financiamento. Agora, ninguém disse que não foram projectos necessários. Foram projectos que fazem falta, mas não tinham financiamento. Por isso, não há nada de novo, mas há sim a busca de mobilização de recursos para que esses projectos aconteçam. Porque se esses projectos não fossem considerados por nós também, este Governo, como projectos importantes para o País, teriam sido abandonados. Então, estamos à procura de financiamento para projectos de continuidade.

Não quero entrar na discussão do mérito de projectos, mas sim do projecto em que se deu 10%, 15% às empresas, pagaram o Tribunal de Contas, etc., e muitas vezes começaram as obras, danificando aquilo que já existia, e depois não há financiamento para continuar. Daí que pode parecer que não é nada de novo, mas nesse aspeto há muita continuidade, desta vez com uma perspetiva diferente de financiamento.

Quanto ao GIME, estamos de acordo. O GIME é fundamental, mas pelo menos em Dezembro pagamos todos os atrasados. Ainda pedi a confirmação aos serviços, depois da sua intervenção, Sr. Deputado, e disseram-me que, em Dezembro, foram pago, todos os atrasados. Agora há de facto uma necessidade de nós renegociarmos os contratos e ver o que é que se pode fazer também com o GIME e as Câmaras, para termos GIME com mais capacidades, para vermos como é que vamos atender a esse problema de financiamento, que vai ser um problema recorrente. Vai sempre haver o problema de como financiar o GIME. Mas pelo menos, em Dezembro, a dívida foi liquidada, estamos em princípio de Fevereiro, agora vamos tentar que assim continue a ser.

Não vamos voltar a falar muito da questão do FMI, eu penso que estamos de acordo. O acordo com o FMI, em termos de dinheiro, não representa muita coisa. Em termos de algum cunho de qualidade e de seriedade na gestão macroeconómica, é importante, mas como frisou aqui o Ministro das Finanças, com o FMI chegamos a um acordo técnico, quer dizer que as medidas estão todas aí. O que falhou foi como financiar o défice que está ligado à importação dos produtos petrolíferos. Só isso. E esse Orçamento está construído dentro daquilo que é o acordo técnico com o FMI e não tomamos nenhuma medida que não estivesse já dentro daquilo que estávamos a negociar com o FMI. Por isso, a questão com o FMI não é simples, mas é simplesmente como financiar o gap, para importar produtos petrolíferos.

Estou de acordo com o Deputado Cardoso, quando ele fala com alguma apreensão de como é que nós vamos conseguir financiar essa necessidade de divisas, para importar os produtos petrolíferos. Bom, Sr. Deputado, como disse e bem e apraz-me ouvir isso, nenhum são-tomense pode trabalhar contra o seu próprio país, não é? Podemos ter ideias diferentes, opções diferentes, mas não é esse o objetivo. Então, sim, é uma situação preocupante. Sim, é uma situação extremamente difícil. Hoje no nosso país estamos sempre em situação de tenção em relação às reservas. As reservas são constituídas muitas vezes e quase exclusivamente pelo apoio internacional ou recursos que vêm do exterior, quer através de projectos quer através de investimento privado directo internacional. É uma situação de tensão, mas estamos a governar. Então, deixe estresse para mim, relaxe, que temos que encontrar uma solução! E qualquer solução tem custos, para qualquer solução teremos que fazer opções. Mas entendemos bem que iremos fazer, única e exclusivamente, aquelas opções possíveis.

Como foi dito aqui, quando nós chegamos a um ponto com o FMI em que o único problema para fechar o programa era o gap de financiamento das importações, o FMI disse: «Sr. Primeiro-Ministro, o senhor é muito corajoso, boa sorte.» O que é que os senhores e as senhoras queriam que eu respondesse? Tínhamos que encontrar solução. Encontramos uma solução de SWAP, cujas características estão no *Diário da República*, porque foi objecto de uma resolução do Conselho de Ministros, para autorizar o Banco Central, porque é uma operação entre dois bancos. É por isso que esses aspectos da operação SWAP estão no *Diário da República*, na base da resolução do Governo. Bom, tivemos que encontrar uma solução. Cara, sim, mas tivemos que encontrar uma solução.

Eu quero acrescentar o seguinte: quando nós encontramos essa solução, em que utilizamos os 12 milhões, a importação a seguir, o que é que nós utilizamos? Uma carta de conforto que o FMI depois passou ao Banco Mundial, para libertar 15 milhões. Então, não quero explicar o dia a dia dessa luta de governação. Não tínhamos hipóteses! Toda gente sabe aquilo que aconteceu, não havia mais gasolina no País. Quando nós enchemos o tanque de gasóleo da da EMAE, a EMAE só estava com 7 horas de autonomia. O que é que o Governo devia fazer? O Governo é responsável. O Governo tem responsabilidade. Agimos! Logo a seguir os nossos parceiros perceberam o aperto e então libertaram 15 milhões, para não se ter que usar o resto do dinheiro.

Daí que eu quero que toda gente entenda, sim. Acho que toda gente percebe que a situação é extremamente difícil, mas vivemos até agora sem o FMI, vamos continuar a ver com o FMI se conseguimos resolver o problema do gap, mas os outros aspetos técnicos com o programa estão a ser cumpridos pelo Governo.

Última coisa, quanto aos financiamentos, toda gente sabe que entre aquilo que é anunciado e aquilo que é desembolsado há sempre uma grande diferença. E aquilo que temos com o Banco Mundial, por exemplo, é para 5 anos. Aquilo que temos com o BADEA é para 5 anos. Todos os programas são mais ou menos entre 3 e 5 anos. Qual é a maior dificuldade que temos? É conseguirmos o desembolso. O tal desembolso que permita ainda melhorar as reservas. Isso tem a ver um pouco com os parceiros e tem a ver muito com o nosso trabalho ao nível de administração, para que os projectos não demorem e os procedimentos sejam cumpridos. É evidente que um governo que está numa situação como a nossa, sem reservas líquidas, terá que dar maior atenção à questão do desembolso, quanto a esses montantes que foram anunciados.

Mas eu quero dizer o seguinte: podem ver que a não existência do acordo com o FMI não tem impedido alguns parceiros de continuarem a apoiar o País. É um bom sinal. Volto a dizer, se o problema com o FMI fosse um problema ligado a acordos técnicos, medidas técnicas, então poderiam dizer que as medidas técnicas de estabilização macroeconómicas não estão certas e não temos confiança, e aí dizer não, não damos o dinheiro. Mas o que está em causa é poderem encontrar um extra para financiar o combustível e o resto está acordado.

Um último reparo. O custo do dinheiro também assusta, mas 1 milhão de dólares em relação a quê! São 10% ou pouco mais. Aliás, 1 milhão de dólares sobre 12. Mas temos que poupar também noutros sítios. Sabemos que no nosso país o Estado paga muito mais do que deve pagar. Porquê? Corrupção, alteração de preços e às vezes erros. Mas tudo isso faz com que não olhemos só para esse aspecto. Isso é um caso particular, mas em geral no nosso país há muito dinheiro que se perde e que é preciso, para além dessas discussões, estarmos concentrados numa coisa, melhorar a gestão e sobretudo lutar contra a corrupção.

Nós poderemos, se calhar daqui a alguns meses, apresentar a situação do consumo do gasóleo, e toda gente irá perceber que há muito gasóleo que se perde, por várias razões, mas irão perceber. A partir daí toda gente terá a consciência de dizer se a má gestão, quer da EMAE, quer do combustível que vai para a EMAE, quer da parte comercial da EMAE nos leva hoje todos aqui a discutir FMI, FMI, não há acordo com o FMI e talvez tenhamos todos a consciência de que temos que fazer um esforço, para melhorarmos a gestão e atacar tudo que é a corrupção e incompetência.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.

Temos inscritos o Sr. Deputado Gabdulo e a Sra. Deputada Filomena Monteiro, mas tendo em conta que já estamos sobre o tempo, combinamos terminar às 14 horas, então, amanhã, serão os primeiros a fazerem intervenção.

Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e todo o seu elenco, muito obrigada pelo momento que passamos cá a analisar as Propostas que, depois de aprovadas, queremos todos que a nossa situação melhore. O Governo está a trabalhar para isso e nós aqui fazemos a nossa parte.

Vamos suspender a discussão, mas terminar esta sessão. Amanhã às 9 horas vamos estar aqui, para darmos continuidade.

Até lá, bom descanso a todos e a todas.

Eram 14 horas.